

# MESTRADO

---

## POLÍTICAS SOCIAIS E DINÂMICAS REGIONAIS

DAIANE PAVÃO

TRAJETÓRIAS DE MULHERES AGRICULTORAS ATINGIDAS PELA BARRAGEM  
FOZ DO CHAPECÓ (SC)

Chapecó/SC, 2021.

**DAIANE PAVÃO**

**TRAJETÓRIAS DE MULHERES AGRICULTORAS ATINGIDAS PELA  
BARRAGEM FOZ DO CHAPECÓ (SC)**

Texto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais – Mestrado – Área de concentração: Planejamento Urbano e Regional/Demografia, Linha de Pesquisa: Dinâmicas Regionais e Transformação Social, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó/Unochapecó, como requisito parcial para a defesa de dissertação.

Orientadora: Dra. Cristiane Tonezer

Chapecó/SC, julho de 2021.

**TRAJETÓRIAS DE MULHERES AGRICULTORAS ATINGIDAS PELA  
BARRAGEM FOZ DO CHAPECÓ(SC)**

**DAIANE PAVÃO**

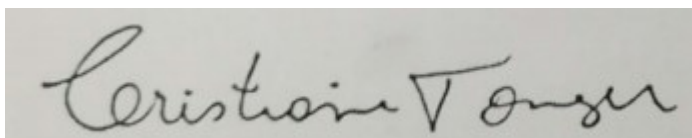
Esta dissertação foi avaliada pela banca examinadora e julgada adequada para obtenção do grau de Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, tendo sido APROVADA em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

Banca examinadora:

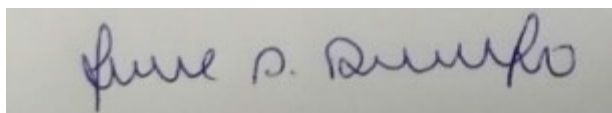
Orientadora: Cristiane Tonezer  
Dra. em Desenvolvimento Rural (UFRGS)

Membro: Arlene Anélia Renk  
Dra. em Antropologia Social (UFRJ)

Membro: Miriam Carbonera  
Dr. em Arqueologia (USP)



Prof<sup>ª</sup>. Dra. Cristiane Tonezer  
Orientadora



Prof<sup>ª</sup>. Dra. Irme Salette Bonamigo  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em  
Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais

Chapecó – SC, 19 de julho de 2021

## FICHA CATALOGRÁFICA

P337t Pavão, Daiane  
Trajetórias de mulheres agricultoras atingidas pela barragem Foz do  
Chapecó (SC)/ Daiane Pavão. - 2021.  
94 p.: il.;

Orientadora: Profª Dra. Cristiane Tonezer  
Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) -  
Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2021.  
Inclui Bibliografias.

1. Barragens. 2. Mulheres agricultoras 3. Agricultura familiar. I. Tonezer,  
Cristiane. II. Título.

CDD: Ed. 23 – 305.4363

Às mulheres agricultoras  
Atingidas por barragens.

## AGRADECIMENTOS

O processo de escrita da dissertação, apesar de solitário em sua execução prática, é compartilhado em sua construção afetiva. São inúmeras as pessoas que, de diferentes maneiras, tornaram a caminhada mais leve e contribuíram para que eu escrevesse cada palavra desse trabalho. Ao olhar para trás, é impossível não sentir gratidão pelos gestos de carinho dos familiares, pela compreensão dos amigos, pelas orientações dos professores, pelas motivações dos colegas e pela oportunidade de viver esse aprendizado. Os meus sinceros agradecimentos:

À minha orientadora Dra. Cristiane Tonezer, por partilhar o seu vasto conhecimento, pelas valiosas contribuições para a dissertação e pelas orientações cuidadosas e exigentes. Gostaria de agradecer, igualmente, a Dra. Rosana Maria Badalotti por confiar na minha pesquisa e construir comigo esse projeto, que defendo como dissertação.

Às professoras Terezinha Silvana Winkler e Arlene Anélia Renk pelas valiosas contribuições durante a Banca de qualificação desse trabalho.

Às professoras Arlene Anélia Renk, Mirian Carbonera e Márcia Luiza Pit Dal Magro por aceitar o convite em compor a banca de defesa dessa dissertação.

Ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que na figura do Pedro Melchior, contribuiu imensuravelmente para a concretização dessa pesquisa.

Ao Evanlei Alves de Farias pela ajuda técnica e pelos esclarecimentos no início dessa pesquisa.

Às mulheres atingidas pela Foz do Chapecó que foram fundamentais para esse trabalho. Receberam-me em suas casas, compartilharam comigo suas histórias, conhecimentos, seus sentimentos, sonhos e esperança.

Ao meu companheiro, Jeverson, pelo carinho, respeito e paciência a mim dispensados incondicionalmente. Por ficar ao meu lado nos momentos de leitura e releitura, de escrita e reescrita, de apreensão e de alívio, de cansaço e de entusiasmo.

À minha família, minha mãe, meu pai, minhas irmãs, meu avô, cunhada e sogra que sempre me ensinaram o valor da educação, da leitura e do conhecimento. Também por compreenderem as minhas ausências, por me acolherem e por sempre me incentivarem a, corajosamente, continuar a seguir os trilhos dos estudos desde o início dessa trajetória.

Aos meus colegas de mestrado, sempre tão solícitos e gentis, que fizeram com que eu me sentisse menos estrangeira em um espaço recém-descoberto. Especialmente, ao meu amigo Geverson Ampolini que transformou os exaustivos semestres em períodos repletos de lembranças divertidas e afetuosas.

Aos professores das disciplinas cursadas durante o mestrado, pelos ensinamentos compartilhados, pela acolhida e pelas aulas maravilhosas.

Enfim, à Unochapecó, pela oportunidade de estudar no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, pela bolsa de estudos que possibilitou dois anos de estudos recompensadores.

Mas o que é ser mulher atingida?  
Lá, é seguir procurando suas memórias  
Espalhadas como um grão de areia no deserto.  
É buscar no fundo do rio suas vidas alagadas,  
Se organizar, ter força de resistir e caminhar...  
E se converter em autora  
De sua própria História.  
(ARPILLEIRAS, 2019)



## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1:</b> Mapa de localização do Território Oeste Catarinense.....	48
<b>FIGURA 2:</b> Região Hidrográfica do Uruguai: localização.....	54
<b>FIGURA 3:</b> Região Hidrográfica do Uruguai-Estados e cidades abrangente.....	55
<b>FIGURA 4:</b> Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó.....	57

## LISTA DE IMAGENS

<b>IMAGEM 1:</b> Colonizadoras e suas áreas de atuação no Oeste Catarinense.....	50
<b>IMAGEM 2:</b> Salão comunitário da comunidade Mãe Terra.....	61
<b>IMAGEM 3:</b> Lote com casa e galpão no RRC Mangueirinha-PR.....	66

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1:</b> Idade, local de origem e localização atual das mulheres entrevistadas.....	59
<b>QUADRO 2:</b> Perfil das famílias que optaram pelo Reassentamento	
Rural Coletivo (RRC) .....	61
<b>QUADRO 3:</b> Submodalidades de reassentamento.....	64
<b>QUADRO 4:</b> Relatos sobre a melhora financeira das famílias atingidas.....	73
<b>QUADRO 5:</b> Participação no MAB das mulheres que não foram para o Reassentamento	
Rural Coletivo (RRC) .....	80

## LISTA DE SIGLAS

AMISTA – Associação Mista dos Atingidos Por Barragens  
ANA – Agência Nacional de Águas  
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social  
CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana  
CEAS – Centro de Estudos e Ação Social  
CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica  
CEFC – Consórcio Energético Foz do Chapecó  
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.  
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais  
CEPAL – Comissão para a América Latina e Caribe das Organizações Unidas  
CFEC – Consórcio Energético Foz do Chapecó  
CMB – Comissão Mundial de Barragens  
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CRAB – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens  
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
ECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil  
ECSA – Engenharia e Consultoria Socioambiental Ltda.  
ELETROSUL – Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil  
ENERSUL – Estudos Energéticos da Região Sul  
EPE – Empresa de Pesquisa Energética  
MAB – Movimentos dos Atingidos por Barragens  
MME – Ministério de Minas e Energia  
MST – Movimento dos Sem Terra  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PCHs – Pequenas Centrais Hidroelétricas  
PT – Partido dos Trabalhadores  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
UHE – Usina Hidroelétrica

## RESUMO

Este estudo é dedicado a uma análise das trajetórias de vida das mulheres agricultoras que foram atingidas pela Foz do Chapecó, no oeste de Santa Catarina, território marcado pela agricultura familiar e pela disputa territorial em sua constituição histórica. O Oeste de Santa Catarina vindo sendo tomado pela construção de pequenas e grandes hidrelétricas nas últimas décadas. Tal fato, tendo regegado um deslocamento populacional em massa, são muitos os trabalhos que discorrem sobre a vida dos atingidos por barragens antes, durante e pós a implementação das barragens, mas as mulheres atingidas não têm sido alvo de estudo, que considerem as especificidades, com relação aos efeitos das barragens em suas vidas, sendo estas, atingidas de forma grave e intensa. Frente a isto, indagamos: Qual é o papel da mulher agricultora atingida pela barragem quando ela é considerada socialmente subalterna? Em um mundo marcado pelo patriarcado como é o do campesinato? Dentre os objetivos, além de analisar as trajetórias de vida das mulheres atingidas pela Foz do Chapecó, buscou-se reconhecer as especificidades das relações das mulheres atingida pela Foz do Chapecó (SC) com a terra, o trabalho e a família, compreender as mudanças ocorridas na vida das mulheres agricultoras após a implementação da barragem Foz de Chapecó (SC), bem como, identificar a atuação das mulheres agricultoras atingidas, no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Trata-se de um etnográfico, com coleta e análise qualitativa de dados por meio de roteiro de entrevistas, com 8 mulheres atingidas pela barragem Foz do Chapecó e dois representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens(MAB). Os resultados alcançados pela entrevista, mostram que as mulheres agricultoras passaram a ser consideradas proprietárias da nova terra após o deslocamento, onde, na maioria dos casos, a propriedade está no nome do casal. Com relação ao trabalho a mulher continuou em uma posição de subordinação mesmo com a mudança, perpetuando a divisão de trabalho através do sexo, e a configuração familiar mostrou-se ser o ponto mais crítico do processo de remanejamento. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) percebe que as mulheres são as mais impactadas pelo processo de remanejamento populacional e pensa ações para lhes dar voz e maior representação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres. Atingidas por barragens. Agricultura familiar. Oeste Catarinense.

## ABSTRACT

This study is dedicated to an analysis of the life trajectories of women farmers who were affected by Foz do Chapecó, in the west of Santa Catarina, a territory marked by family farming and territorial dispute in its historical constitution. The west of Santa Catarina has been taken over by the construction of small and large hydroelectric plants in recent decades. This fact, having generated a massive population displacement, there are many works that discuss the lives of those affected by dams before, during and after the implementation of the dams, but the affected women have not been the target of studies that consider the specificities, with regard to the effects of dams on their lives, which are severely and intensely affected. Faced with this, we ask: What is the role of the female farmer affected by the dam when she is considered socially subordinate? In a world marked by patriarchy such as the peasantry? Among the objectives, in addition to analyzing the life trajectories of women affected by Foz do Chapecó, sought to recognize the specificities of the relationships of women affected by Foz do Chapecó (SC) with land, work and family. Understand the changes in the lives of women farmers after the implementation of the Foz de Chapecó (SC) dam. Identify the role of affected women farmers in the Movement of People Affected by Dams (MAB). It is an ethnographic one, with qualitative data collection and analysis through an interview script, with 8 women affected by the Foz do Chapecó dam. The results achieved by the interview show that women farmers had easier access to land after displacement, where in most cases the property is in the couple's name, with regard to work, the woman continued in a position of subordination even with the change, perpetuating the division of labor through sex, the family configuration proved to be the most critical point of displacement. The Movement of People Affected by Dams (MAB) realizes that women are the most impacted by the population relocation process and thinks about actions to give them a voice and greater representation.

**KEYWORDS:** Women. Affected by dams. Family agriculture. West Santa Catarina.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>22</b>
2.1 LUTA PELOS DIREITOS DA PESSOA ATINGIDA POR BARRAGEM.....	22
2.2 MULHERES AGRICULTORAS ATINGIDAS PELAS BARRAGENS: QUEM SÃO ELAS?.....	25
2.2.1 Família.....	25
2.2.2 O trabalho.....	32
2.2.3 A terra.....	35
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>38</b>
3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA.....	38
3.2 PARTICIPANTES.....	42
3.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	43
3.4 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES.....	45
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>47</b>
4.1 O OESTE CATARINENSE E SUA FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL: COMPREENDENDO O ESPAÇO EM QUE ESTAS MULHERES ESTÃO INSERIDAS.....	47
4.2 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO OESTE CATARINENSE.....	47
4.2.1 Surgimento de hidrelétricas no oeste catarinense.....	53
4.2.2 A usina hidrelétrica Foz do Chapecó.....	56
<b>5 COM A PALAVRA AS MULHERES ATINGIDAS PELA BARRAGEM FOZ DO CHAPECÓ.....</b>	<b>59</b>
5.1 QUEM SÃO AS MULHERES ENTREVISTADAS.....	59
5.2 “SEJA LÁ O QUE DEUS QUISER, EU VOU PRA LÁ”: ENTRE O MEDO E A ESPERANÇA.....	63
5.3 A LÓGICA CAMPONESA NA VIDA DAS MULHERES ENTREVISTADAS.....	67
<b>6 O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS E AS MULHERES ATINGIDAS PELA DE FOZ DO CHAPECÓ.....</b>	<b>75</b>
6.1 HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA REGIÃO OESTE CATARINENSE E O MAB.....	75
6.2 “QUANDO UMA MULHER AVANÇA, NENHUM HOMEM RETROCEDE”.....	78
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>87</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS MULHERES AGRICULTORAS ATINGIDAS POR BARRAGENS.....</b>	<b>94</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB).....</b>	<b>95</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo busca compreender as trajetórias das mulheres agricultoras atingidas pela barragem Foz do Chapecó na região Oeste de Santa Catarina. Região marcada pela agricultura familiar e tomada por grandes e pequenos empreendimentos hidrelétricos.

Os investimentos em hidroeletricidade ganham centralidade no Brasil em decorrência da abundância de recursos hídricos existentes no país. O Brasil concentra em seu território cerca de 12% da água doce superficial do planeta. Associado ao relevo predominantemente planáltico, estas condições fazem do Brasil um país potencialmente produtor de energia elétrica em larga escala (ROCHA, 2012, p. 72).

Segundo Benincá (2010), o setor elétrico brasileiro é marcado por grandes períodos da história do nosso país. Na primeira fase, a qual tem como marco a promulgação da Constituição da República de 1891, previa-se que os recursos naturais, dentre os quais, os hídricos, seriam acessórios da propriedade da terra, ou seja, de direito de exploração dos proprietários. Devido ao predomínio agrário-exportador, os projetos ficaram restritos às iniciativas locais, o que limitou o desenvolvimento do setor elétrico nos primeiros anos do Brasil república (ROCHA, 2012, p. 13).

Para Benincá (2010), o segundo período foi entre 1930 e 1945. Durante esses anos, o país deu os primeiros passos rumo à estruturação de uma política energética, devido ao início do processo de industrialização. Foi nesse contexto, mais especificamente em 1934 que se promulgou o código de Águas, determinando que as propriedades das quedas de água pertenciam ao Estado, sendo este um passo na estruturação do setor com protagonismo e coordenação do Estado.

Em termos de planejamento a longo prazo e dentro dos parâmetros de uma economia desenvolvimentista moderna, a política nacional de energia começa a ser desenhada a partir do segundo governo de Getúlio Vargas (1950-54). O petróleo, o carvão e a hidroeletricidade eram seus carros-chefes e foi através de diversos projetos de lei, como o da criação do Fundo Federal de Eletrificação (Lei nº 2308 de 1954) e da criação das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) que tais iniciativas começaram sua consolidação sob comando do Estado, culminando na criação do Ministério de Minas e Energia (MME), do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) na década de 1960 (SANTOS; REIS, 2002, p. 97).



A terceira fase vai de 1945 ao final da década de 1980. Esse momento é marcado pela intervenção direta do Estado sobre o setor energético. “Durante o regime ditatorial, o governo embasou o desenvolvimento industrial do país na megaeletricidade, aproveitando o potencial da grande quantidade de rios existentes para construção de barragens.” (BENINCÁ, 2010, p. 29).

Para Benincá (2010) o estado brasileiro, durante o regime ditatorial, promoveu violência contra grupos sociais, que historicamente já eram marginalizados:

Nesta conjuntura, o Estado brasileiro assumiu o papel de planejador e empreendedor de grandes projetos desenvolvimentistas, com políticas centralizadoras, autoritárias e intimamente ligadas aos interesses do capital transnacional. O modelo estatal de energia promoveu a ocupação violenta de territórios; gerou sérios impactos ambientais; praticou graves agressões culturais e físicas contra populações tradicionais; ampliou o êxodo rural e a subsequente marginalização social nas periferias das cidades. Tudo em nome do progresso da nação! (BENINCÁ, 2010, p. 30).

A quarta fase inicia-se na década de 1990 e se prolonga até os dias atuais, quando se une o plano nacional de energia elétrica baseado na implantação de grandes hidrelétricas e se aprofunda o modelo neoliberal associado ao processo de privatização do setor elétrico. Até 1993, as empresas distribuidoras de energia eram todas nacionais e o preço da eletricidade único em todo território. Com a privatização do setor, a energia ficou sob o controle de um pequeno número de empresas transnacionais. Disso derivou a apropriação privada de vastos territórios, florestas, rios (e de seu potencial elétrico), a cobrança de altas tarifas para a utilização da luz, bem como a geração de desemprego (BENINCÁ, 2010, p. 32).

De acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), antes da privatização havia mais de 200 mil trabalhadores nas empresas estatais do setor elétrico brasileiro. Com esse processo mais de metade foi demitida, restando em época mais atual, pouco mais de 100 mil (MAB, 2013, p. 18).

Benincá (2010) considera que:

O sistema de privatização se consolidou a partir do Programa Nacional de Desestatização, criado em 1990 pelo Presidente Fernando Collor de Mello. Em 1995, com as Leis Federais nº 8.987 e 9.074 regulamentava-se o regime de concessão de obras e serviços públicos a empresas privadas. Em 1996, ocorreu a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), uma autarquia ligada ao Ministério das Minas e Energia com a função de regular e fiscalizar a produção, transmissão e comercialização de energia elétrica. O Estado passou a operar como um agente financiador na construção de hidrelétricas, apoiando e subsidiando grandes empresas através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Entre as

maiores empresas privadas que atuam no setor elétrico brasileiro encontram-se: Tractebel-Suez (Belga/Francesa), Alcoa (EUA), Alcan Alumínios (Canadá), BHP Billiton (Inglaterra), Citigroup (EUA), AES (EUA), American Eletrical Power (EUA), Eletricidade de Portugal (Portugal), Southern Company (EUA), Electricité de France (França), DukeEnergy (EUA), Endesa (Espanha), El Passo (EUA), Banco Santander (Espanha), Banco Bradesco SA, Companhia Brasileira de Alumínio e Cimentos Votorantin SA (Brasil) (BENINCÁ, 2010, p. 32).

A privatização não traz benefícios para o país, nem para a população. Na ótica do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), quem lucra com as barragens são as empreiteiras nacionais e estrangeiras, junto aos bancos e as indústrias fabricantes de equipamentos, muitas vezes negando, omitindo ou dissimulando os impactos que provocam. A concentração do capital nas mãos de um grupo de grandes empresas privadas constitui aquilo que o MAB denomina de “Cartel da indústria elétrica”, tornando esse mercado essencialmente oligopólico. Nessa perspectiva caracterizam tais empresas como “inimiga” por explorarem o povo (MAB, 2013, p. 23).

Para o MAB esse modelo energético traz uma série de problemas, entre os quais:

Elevação do custo de produção dos alimentos, por termos um modelo de agricultura petrodependente; transferência da indústria eletrointensiva (mineradoras e celulose) aos países periféricos; corrida pelo controle das fontes energéticas estratégicas: Terra para produção de agrocombustíveis, controle dos rios para construção de hidrelétricas etc. Mudança na função social da agricultura: Invés de produzir alimentos passam a produzir energia ao imperialismo; retomada e aceleração da construção de grandes obras de geração de energia elétrica nos países da América Latina em especial as hidrelétricas, e o avanço das multinacionais sobre as terras para produção de agroenergia (MAB, 2013, p. 45).

Esses fatores estão diretamente ligados ao processo de privatização que transformou a energia em mercadoria de primeira grandeza, retirando a soberania energética e popular. De acordo com Gilberto Cervinski, hoje o brasileiro paga uma das taxas de luz mais caras do mundo, sendo que 90% da energia que consumimos vem de hidrelétricas, que é considerada a mais barata. Os grandes países consumidores chegam a pagar cinco centavos ao Kwh, enquanto no Brasil a população chega a pagar 60 centavos ao Kwh. Sem citar as enormes dívidas socioambientais geradas pelo empreendimento. Cervinski afirma que 75% dos recursos investidos na construção de hidrelétricas são oriundos do BNDES, que é dinheiro público (CERVINSKI, 2010, p. 12).

Dirceu Benincá (2010) ainda salienta que o modelo energético combatido pelo MAB produz o esgotamento dos recursos naturais; acentua as desigualdades entre ricos e pobres,

entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos; acirra os conflitos entre o poder dominante e as classes desfavorecidas. Existem duas visões opostas de modelo energético e no que diz respeito a seus objetivos, a sua forma de implantação, aos financiamentos e a preocupação real com os diferentes impactos por ele gerado. Tem-se, por um lado, um bem arquitetado sistema que corresponde aos interesses do capitalismo e, de outro lado, a contestação ao modelo vigente e a luta pela instauração de alternativa.

Segundo o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), por meio do Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, o padrão vigente de implantação de barragens no Brasil “tem propiciado de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual”. Esta situação se torna mais grave no caso das mulheres, devido à opressão de gênero vivida por elas (CDDPH, 2006, p. 23).

Para o Movimento dos Atingidos por Barragens (2013) as mulheres são a parte da população atingida por barragens que têm seus direitos humanos mais brutalmente violados, “as mulheres são atingidas de forma particularmente grave e encontram maiores obstáculos para recomposição de seu meio de vida; [...] elas não têm, via de regra, sido consideradas em suas especificidades e dificuldades particulares” e por isso têm sido as principais vítimas dos processos de empobrecimento e marginalização decorrentes do planejamento, implementação e operações de barragens (Relatório da Comissão Especial Atingidos por Barragens, 2012). As mulheres atingidas que já sofrem com a opressão de gênero são as mais afetadas pelas situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual causada pela construção de barragens.

As mulheres já são excluídas historicamente por serem mulheres, no mundo rural, também são excluídas pela moralidade do campesinato. Para os descendentes de imigrantes italianos e europeus os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, São regidos pela e para a família. Na família as mulheres ocupam-se dos afazeres domésticos, enquanto os homens ocupam-se de atividades que geram renda, extradomésticas. Quando os homens não são capazes de dar conta sozinhos das suas funções, a mulher entra com a “ajuda”, esta característica constitui-se em uma forma de excluir as mulheres dos espaços públicos, atribuindo-lhes um papel secundário. No Oeste de Santa Catarina, mantiveram-se características que colocam a mulher agricultora em um papel de subordinação perante suas famílias e conseqüentemente perante a comunidade em que se inserem.

Entende-se que, com a construção dos empreendimentos hidrelétricos, as mulheres agricultoras atingidas por barragens foram novamente excluídas, ficando invisibilizadas pelo processo de implementação.

Na visão do MAB, o anúncio da construção das Barragens traz diferentes reações de comportamento entre mulheres e homens. Na maioria das vezes verifica-se que as mulheres têm forte resistência em sair do território e não concordam com a possibilidade de mudanças daquele espaço. Já alguns homens se convencem com mais facilidade e veem a possibilidade de ganhar compensação financeira ao sair do local. Um dos fatores que justificam isto é que, historicamente, os homens vinculam-se às atividades que geram ou movimentam recursos financeiros (dinheiro), ao contrário das mulheres (MAB, 2013, p. 10).

O Movimento dos Atingidos por Barragens percebe que por residirem em áreas rurais, a maioria das atingidas por barragens mantém uma relação próxima com a “terra”. Usam os recursos da natureza principalmente para a alimentação, mas também usam outros bens destinados ao consumo da família, como chás, energia da lenha para cozinhar e aquecer; etc. Neste sentido, as mulheres são as principais vítimas da degradação ambiental, colocando em risco também sua identidade, ou seja, implica em perdas imensuráveis para comunidades que dependem da natureza para sobreviver (MAB, 2013, p. 13).

Isso se comprova pelo dado de que 70% das famílias atingidas por barragens no Brasil não receberam indenização e nos poucos casos de reconhecimento dos direitos, a nova área é muito menor que a anterior. Sendo assim, as mulheres acabam perdendo seu espaço de produção camponesa e de autonomia. Perdem a horta ou quintal, a área de produção variada de alimentos (árvores frutíferas, ervas medicinais e animais domesticados), a área de experimentação e conservação de sementes, de complementação da renda e enriquecimento da dieta nutricional das famílias, espaços onde elas definiam o que plantar, como plantar, que sementes cultivar; etc. (MAB, 2013, p. 7).

Essa mudança não implica apenas na perda deste espaço de poder e decisão da mulher, mas no aumento da sua dependência econômica com relação ao mercado, pois era da agricultura familiar que acessavam parte da alimentação e à farmácia, por que; as plantas medicinais eram usadas com grande regularidade para combater uma série de doenças. Acredita-se que as mulheres das comunidades, que antes da barragem mantinham a relação com a natureza, como um fator fundamental para a continuidade dos seus estilos de vida, no novo contexto, são as mais prejudicadas e tendem a sofrer tais impactos negativos com maior intensidade.

O processo de esvaziamento das comunidades que “sobraram” e não foram atingidas pelo enchimento do lago, tem como consequência a perda dos elos familiares, das relações de vizinhança e o esvaziamento dos espaços de encontro comunitário, como a igreja. Ao passo que as comunidades se esvaziam, escasseia-se o serviço de transporte público, fecham-se as escolas rurais e os sistemas locais de atendimento à saúde. Assim, pode-se imaginar o impacto sobre a vida das mulheres, uma vez que recai sobre elas a provisão do cuidado com a família, com as crianças, idosos, portadores de necessidades especiais etc. Com a escassez, muitas vezes suspensão, dos serviços públicos de transporte à mobilidade das mulheres e, possivelmente o acesso ao emprego, estudo e lazer, se torna mais difícil (MAB, 2015, p. 13).

Para o MAB (2013) estas populações foram expropriadas, não somente no sentido jurídico. Estas pessoas que vivem dos rios e nas margens deles perderam as suas condições materiais de trabalho e foram desenraizadas, transplantadas geograficamente e culturalmente, expropriadas de um saber e de uma sintonia com o meio físico, a sua vizinhança, com valores “abstratos”, porém de grande importância sentimental e principalmente referencial, os quais jamais serão reconstruídos, nem podem ser medidos pelo dinheiro.

Frente a este contexto questiona-se: Qual é o papel da mulher agricultora atingida pela barragem quando ela é considerada socialmente subalterna?

Como historiadora sempre me deparei com professores e pesquisadores que se dedicam a estudar e compreender as relações de poder que estão envolvidas a essa exclusão histórica das mulheres. As mudanças ocorridas no campo da história nas últimas décadas, acompanhadas da ascensão do movimento feminista, vêm trazendo muitas problemáticas que não foram abordadas até então.

A história das mulheres deve ser escrita de uma forma diferente da tradicional, perpassando por uma lógica de investigação distinta do que acontecia costumeiramente. Faz-se necessário reescrever suas trajetórias sob uma perspectiva feminina, utilizar-se de novas interpretações, permitir que as mulheres atuem como sujeitos da história, com suas vidas reconstruídas em toda a diversidade e complexidade.

Os estudos acerca da construção de hidrelétricas são diversos. O potencial hídrico do Brasil é destaque internacional, a instalação numerosa de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) ao longo de todo território nacional resultou em um campo de muitos estudos e pesquisas. Porém a problemática das mulheres agricultoras atingidas por barragens não aparece ou aparece de forma sucinta entre esse vasto acervo.

O presente trabalho busca estudar um grupo de mulheres atingidas por barragens no Oeste Catarinense, tendo em vista que essa região, que abarca a bacia do rio Uruguai, tem

sido alvo frequente da construção de barragens. A história das mulheres atingidas no oeste de Santa Catarina não foi escrita, e esse trabalho tem como premissa principal dar voz a esse grupo. Está ligado às dinâmicas da região e estruturada com a linha 2 de pesquisa do programa de mestrado *Stricto Sensu* em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó, sendo esta, Dinâmicas Regionais e Transformação Social.

As mulheres são atingidas de maneira brutal. Além das perdas materiais que são grandes, existem perdas imensuráveis e irreparáveis em que os empreendedores não levam em consideração, porque a lógica de desenvolvimento está calcada no lucro, e não na preocupação com a vida humana. Em um relatório do MAB de 2015 uma das mulheres pertencentes a este movimento destaca que “Nós mulheres, temos sido as principais vítimas destes processos de empobrecimento e marginalização.” (MAB, 2015, p. 12).

Frente a todas estas questões, o objetivo central deste estudo é analisar as trajetórias das mulheres agricultoras atingidas pela barragem Foz do Chapecó (SC). Como objetivos específicos buscou-se: a) Reconhecer as especificidades das relações das mulheres atingidas pela Foz do Chapecó (SC) com a terra, o trabalho e a família; b) Compreender as mudanças ocorridas na vida das mulheres agricultoras após a implementação da barragem Foz do Chapecó (SC); c) Identificar a atuação das mulheres agricultoras atingidas, no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico divide-se em duas partes: A primeira, versa sobre a luta por direitos da pessoa atingida por barragens, que, na maioria das vezes, fica desassistida e desamparada durante todo o processo. Para além, buscou-se problematizar a noção de atingido, que embora tenha se ampliado nos últimos anos, continua atendendo a interesses específicos.

A segunda parte destaca quem são essas mulheres agricultoras. Entender a noção de campesinato auxiliará na compreensão do papel que a mulher ocupa no mundo rural, dentro da família, as relações de poder e suas assimetrias. Categorias como família, terra e trabalho são interconectadas entre si, e por sua vez se articulam com conceitos teóricos como honra, reciprocidade e hierarquia, e remetem a um ordenamento moral desta campesinidade.

### 2.1 LUTA PELOS DIREITOS DA PESSOA ATINGIDA POR BARRAGEM

Para Oliveira (2019) a construção de barragens para produção de energia é uma política “pública” que atende, basicamente, aos interesses e necessidades da classe burguesa, visto que os principais beneficiários são as grandes indústrias eletrointensivas, as empresas construtoras, as concessionárias, os fundos de investimentos públicos e privados e o próprio modelo de reprodução do capital via hidronegócio. Mas, corresponde em alguma medida, às necessidades dos trabalhadores e ao direito à energia como um bem conquistado pela humanidade.

As populações atingidas ficam totalmente desassistidas e desamparadas diante desse processo. “As políticas públicas são instrumentos de disputas entre classes no interior e para além do Estado capitalista” (OLIVEIRA, 2019, p. 17). Ou seja, as populações ribeirinhas, as populações tradicionais e as classes populares, em geral, são componentes açambarcados pelo Estado burguês, mas, ao mesmo tempo, potenciais vítimas do processo de concentração da riqueza e do poder que pode levá-los à exclusão socioeconômica e, até a eliminação física, conforme a correlação de forças (OLIVEIRA, 2019, p. 18). Ainda salienta que, como consequência, o único fator capaz de garantir políticas públicas favoráveis às populações atingidas e à classe trabalhadora, em geral, é a organização social e a luta dos trabalhadores.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), ao longo de história, reivindica que sejam garantidos em forma de lei, os direitos das populações atingidas. Nos últimos anos

a mobilização do movimento girava em torno da aprovação da Política Nacional dos Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), criada em 2013 (MAB, 2013, p. 23).

Uma alternativa construída no diálogo (e no conflito) entre movimentos sociais, entidades e governos, é a Política Estadual de Direitos dos Atingidos por Barragens (PEAB). Ela já existe no Rio Grande do Sul e está em construção na Bahia, Minas Gerais e no Paraná (MAB, 2013, p. 23).

A falta de uma gestão eficiente dos recursos hídricos ocasionou uma considerável pressão em função do crescimento econômico e demográfico na maioria dos municípios brasileiros, bem como pela necessidade de construção de um planejamento integrado a partir dos diversos atores sociais envolvidos nessa gestão. Outra questão importante que deve ser levada em conta quando se trabalha com este tema, é a compreensão da categoria atingido. Uma das problemáticas mais conflituosas do processo de implantação de barragens é a de definir quem é, ou não, considerado “atingido” por barragens. Essa categoria é essencial, pois ela vai definir quem terá direito no processo indenizatório. Nesta direção, a população atingida, seja pelos impactos diretos ou indiretos do rompimento da barragem, passa por um momento de insegurança sobre as medidas de reparação e de recuperação que serão tomadas.

Segundo o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), por meio do Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” de 2016, o termo “atingido” era originalmente técnico, a palavra ganhou enorme centralidade nos debates e conflitos relativos à identificação e reparação de grupos sociais, famílias ou indivíduos prejudicados pelo planejamento, implementação e operação de barragens. Tal centralidade resulta do fato, incontestável, de que da definição de “atingido” decorre a amplitude do reconhecimento de direitos e a legitimidade de seus detentores.

Para Vainer (2009, p. 208) a noção de atingido se alargou nas últimas décadas, sobretudo pela legislação ambiental, e correspondendo em parte “a evolução sofrida pela própria noção de humano”. Segundo o autor existem três concepções correntes a respeito do espaço e das pessoas, sendo as duas primeiras hegemônicas e centradas no direito do empreendedor, e a terceira objeto permanente da luta política da sociedade civil organizada pelo direito das populações afetadas. Sendo estas: 1) A territorial-patrimonialista, 2) hídrica e 3) de mudança social.

1) Territorial-patrimonialista: Segundo Vainer (2009) essa é a concepção dominante no processo de implantação de usinas durante o regime militar e até a ampliação da legislação ambiental, nos anos 80. Não há impactos, nem atingidos, nem direitos dos atingidos. Só existe o direito de desapropriação por interesse público exercido pelo empreendedor. O “território



atingido é concebido como a área a ser inundada e a população atingida é constituída pelos proprietários fundiários da área a ser inundada” (VAINER, 2009, p. 214). Para o autor essa visão foi superada tanto pela legislação quanto pelas diretrizes do estado para os projetos, mas continua sendo o princípio, só indenizam mediante títulos de propriedade, e do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que para a liberação de empréstimos exige que as empresas de propósitos específicos criados para a construção de usinas somente indenizem proprietários com títulos. Esse modelo indenizatório é adotado pelos empreendedores e pelo BNDES.

2) Hídrica: Para Vainer (2009) essa é concepção hegemônica do ponto de vista legal e como prática empresarial e governamental que tende a tornar sinônimos atingido e inundado. Embora inclua no conceito não proprietários (como ocupantes, posseiros e meeiros), “tende a circunscrever espacialmente os efeitos do empreendimento estritamente à área a ser inundada” (VAINER, 2009, p. 216). Isso exclui, entre outros casos, prejuízos a municípios que não têm área alagada, mas têm sua estrutura produtiva prejudicada. Esse modelo indenizatório é adotado pela legislação, por empreendedores, Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Ibama e Eletrobras.

3) Mudança Social: Essa concepção para Vainer (2009) entende o empreendimento como processo simultâneo de mudança social nos planos econômicos, político, cultural e ambiental em várias dimensões e escalas, espaciais e temporais. “Nesse processo de mudança, além de alterações patrimoniais (novos proprietários) e morfológicas (nova geomorfologia, novo regime hídrico etc.). Instauram-se novas dinâmicas socioeconômicas, novos grupos sociais emergem da região de implantação novos interesses e problemas se manifestam” (VAINER, 2009, p. 217). Esse modelo indenizatório é adotado por parte da literatura acadêmica, movimentos sociais, MAB (Movimentos dos Atingidos por Barragens), Banco Mundial, Comissão Mundial de Barragens.

A categorização que será utilizada para desenvolver esse trabalho será a de mudança social, pois, se presume, que, com o advento da construção de barragens, as mulheres agricultoras tenham seu modo de vida impactado.

Segundo a Comissão Mundial de Barragens (CMB), em seu relatório final, o conceito de atingido engloba as pessoas que sofreram deslocamento físico ou dos modos de vida. Para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), atingidos são todos aqueles que sofreram qualquer impacto com a construção do empreendimento. Recentemente também é discutido o “Conceito de Comunidade Atingida” alegando, principalmente, os impactos no aspecto

cultural e na convivência comunitária diretamente afetada pela formação dos reservatórios, provocando uma completa desestruturação social, afetando o convívio comunitário.

## 2.2 MULHERES AGRICULTORAS: QUEM SÃO ELAS?

Antes de adentrarmos propriamente na discussão sobre as mulheres agricultoras, é fundamental compreendermos a noção de campesinato, isso porque esta possibilita identificar os papéis que estas mulheres ocupam e como estes determinam suas vidas.

Para Wanderley (2003), a natureza estrutural do capitalismo agrário brasileiro foi “responsável, em grande parte, por determinar o “lugar” social do campesinato na sociedade brasileira ao longo de sua história. Trata-se primeiramente de um lugar negado, não reconhecido” (WANDERLEY, 2003, p. 56). Diante disso, evidencia-se que a mulher agricultora sofre uma dupla exclusão, por ser agricultora e por ser mulher. Quando falamos em mulheres agricultoras atingidas por barragens, podemos pensar em uma terceira exclusão, a de ser atingida.

O campesinato pode ser entendido de duas maneiras distintas e complementares: enquanto economia, em que a unidade de produção da agricultura camponesa é de gestão familiar, e enquanto sociedade ou cultura (Woortmann, 1990; Wanderley, 2003). Aproximando-se da segunda vertente, Woortmann (1990) defende uma visão de campesinato como ordem moral, ética, que se distingue da ordem pregada pela modernidade.

Para Woortmann (1990) o campesinato enquanto ordem moral, ligado a um grupo social específico que se queira definir enquanto camponês; trata-se de uma qualidade que pode ser definida como campesinidade e está presente em diferentes lugares e tempos, de sítios do nordeste, posseiros do centro-oeste e norte, a colonos do sul. Categorias como terra, trabalho e família são interconectadas entre si, e por sua vez se articulam com conceitos teóricos como honra, reciprocidade e hierarquia, e remetem a um ordenamento moral desta campesinidade. Dentro desse universo camponês, buscaremos entender o papel que a mulher agricultora ocupa no oeste catarinense, através dos conceitos de família, trabalho e terra.

### 2.2.1 Família

No mundo rural a mulher ocupa um lugar na família que é determinado pelo sexo. Para justificar tal afirmação vamos nos referir a Judith Butler (1990). Para a autora supracitada, quando nos referimos aos lugares de gênero, estamos falando de poder, na

medida em que as relações existentes entre o masculino e o feminino são relações desiguais, assimétricas, que mantêm a mulher subjugada ao homem. A categoria “sexo” é uma construção feita do ponto de vista do poder, porque “o sexo sempre é produzido como uma repetição das normas hegemônicas”, e o gênero é “um conjunto de atos repetidos dentro de um marco regulador muito rígido que, com o tempo, acaba por se estabelecer como algo aparentemente natural”. Dessa maneira, Butler (1990) critica como as identidades masculinas e femininas são uma construção cultural e como, ao longo do tempo, essas identidades foram institucionalizadas e aceitas como “naturais”, o que contribuiu para reforçar e perpetuar os estereótipos de gênero (BUTLER, 1990, p. 33).

Ao longo da história humana tentou se justificar a submissão da mulher com afirmação de que ela é um sexo frágil em relação ao homem. Segundo Castells (2008) ela se constitui de acordo com a cultura e a educação em que se encontra inserida, através das vivências e das relações construídas no interior da família. Assim, a mulher que vive de acordo com uma cultura patriarcal, que prega a superioridade masculina sobre a feminina, terá o seu comportamento moldado com base nessa forma de vivência.

As relações de gênero sempre estiveram presentes nas sociedades pelas ações sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, sempre houve a divisão de papéis entre homem e mulher, ou seja, a mulher representa o frágil, a cuidadora dos filhos, e o homem tem o papel de forte, protetor, formando uma hierarquia. A hierarquia se representa pelo poder do homem sobre a mulher, do idoso sobre os jovens, formando um modelo patriarcal de família. Para Engels (2002), o modelo patriarcal se constitui na ordem da organização do trabalho e da família.

Ao longo do tempo os modelos de famílias vão se formando e se transformando, para Castells (2008), o patriarcado é uma das estruturas sobre as quais se assentam as sociedades contemporâneas e se caracteriza pela autoridade do homem imposta à mulher e aos filhos no âmbito familiar. Segundo esse autor, o patriarcalismo permeia toda a organização da sociedade, da produção e do consumo.

Para Saffioti (2004) existe uma disputa de poder, que não deve ser apenas pela igualdade, pois esta serve para afirmar a dominação, e há uma diferença entre os homens e as mulheres, começando pelo sexo. Há valores diferenciados às atividades desenvolvidas pelos homens e pelas mulheres, e conseqüentemente, legitima o controle da sexualidade, do corpo e da autonomia feminina, além de estabelecer papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens em relação ao feminino.

Nas primeiras décadas do século XVI até início do século XX, podemos destacar que a “cédula” patriarcal brasileira está centrada na figura do “pater”. E todas as funções da vida colonial estavam sobre sua responsabilidade, como: A produção, a justiça, a defesa, o poder sobre os escravos, produção de costumes etc. Tudo ocorria com o aval do estado.

Sobre os efeitos do patriarcalismo no rural afirma Tedeschi (2009):

O patriarcalismo na vida rural brasileira foi responsável pela continuidade do estereótipo das representações sobre o feminino que a cultura familiar europeia tinha na época. No Brasil Colônia, o comportamento da mulher variava conforme a classe social ou o grupo étnico. As mulheres indígenas, negras e mestiças trabalhavam arduamente e, nas classes mais elitizadas nem todas as mulheres eram confinadas à esfera privada do lar e excluídas da esfera pública, entregue aos homens, como nos casos das viúvas que até administravam fazendas (TEDESCHI, 2009, p. 52).

Observa-se que as mulheres indígenas, negras e mestiças eram ainda mais vitimizadas pela sociedade colonial, já que se encontravam em um nível maior de subordinação. Em algumas exceções, as mulheres da elite tocavam seus negócios, como em caso de viuvez, “o casamento como mecanismo de ordenamento social, e a família, como palco para uma revolução silenciosa de comportamento, fechavam-se em torno da mulher, impondo-lhe apenas e lentamente o papel de mãe devotada e recolhida”. O patriarcalismo passou a ser um instrumento de controle sobre a família, com ajuda do estado e igreja, que dominavam o imaginário social no período (TEDESCHI, 2009, p. 54).

Por este prisma, a família pode ser vista como uma das instâncias de controle da população, visto que muito pouco na colônia se referia ao indivíduo como pessoa isolada e é pela e para a família que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, se originam ou convergem (TEDESCHI, 2009, p. 55).

A partir de meados do século XIX, o mundo rural recebeu a vinda de imigrantes, que através de empresas colonizadoras vieram para colonizar e “ocupar” o Oeste e Sudeste do Brasil, esse processo se estendeu até início do século XX. Ao chegarem aqui os imigrantes reproduziram a imagem europeia da mulher caracterizada pela atuação no interior da casa, junto aos seus filhos e dependentes. “A legitimidade dessa ligação com a casa, com o espaço doméstico, estava relacionada às leis seculares moralísticas, que mantinham os papéis femininos ligados ao marido, com funções de zelo pelo patrimônio doméstico, de organização da produção econômica da casa” (TEDESCHI, 2009, p. 55).

Essas atribuições, construídas pelo imaginário social, levaram à funcionalidade do espaço doméstico como suporte de infraestrutura para o funcionamento do sistema econômico de todas as propriedades no Brasil. A mulher camponesa, juntamente com o marido, desenvolveu a tarefa de colonizar áreas inóspitas e produzir para o consumo, assumindo uma responsabilidade imensa: solteiras ou casadas, com filhos menores ou não, foram sobrecarregadas com a tarefa de prover os velhos, organizar o trabalho doméstico e manter a coesão familiar (TEDESCHI, 2009, p. 60).

Em um estudo no Oeste de Santa Catarina, a antropóloga Arlene Anélia Renk (2000), chama a atenção para as distinções e semelhanças nas composições familiares de alemães e italianos, maioria na região. A autora aponta distinções entre parentes de sangue e os afins, estabelecendo uma diferença entre a “ordem da natureza e ordem da lei” (RENK, 2000, p. 138).

A partir de meados da década de 1990, encontros entre pessoas com o mesmo tronco familiar têm ocorrido, numa tentativa de resgate de suas vivências. Na ocasião relembram feitos da imigração e das trajetórias de suas famílias na América qualificando “todos como parentes, pois descendem de um mesmo tronco comum” (RENK, 2000, p. 138).

O parentesco pode ser negado em algumas situações, “isso ocorre frequentemente quando portadores do mesmo sangue e sobrenome situam em posições contrárias de partidização política ou desavenças familiares: infelizmente devo dizer que somos parentes, mas não me considero” (RENK, 2000, p. 138). Pode ocorrer o contrário, se o parente em questão se encontra em posição de prestígio.

Para Renk (2000), no sentido restrito, família pode referir-se a dois contextos, no oeste catarinense:

O primeiro contexto diz respeito à família de casa, isto é, à família de procriação. É expresso como “na família de meu pai”, ou, “lá em casa”. Aponta uma distância temporal, isto é, onde o agente esteve inserido, até um certo momento de sua vida e de onde depois retirou-se para “criar sua família”. Nas situações concretas, situacionais, o mesmo informante pode oscilar entre “a minha família mesmo” e “a família lá de casa”, “na casa do pai”. O segundo contexto refere-se à família da gente, isto é, aquela em que o ego traça sua posição como demarcador de uma nova família, ou seja, aquela que é inaugurada com o casamento e a prole que virá. Num primeiro momento, pode constituir-se na relação pais/filhos e, posteriormente, pode chegar a família/tronco. O casamento é o momento demarcador da constituição da nova unidade. O casamento cria uma nova unidade familiar, mas não rompe com a anterior. Enfim, os fundadores da família da gente pertencem aos dois círculos: ao herdado, isto é, ao de origem, do qual não podem se autodemitirem na condição de irmão e filho; outro círculo é aquele fundado com o casamento. Os agentes mantêm direitos e deveres, expectativa e reciprocidade em relação a ambos (RENK, 2000, p. 145).

Junto ao casamento vem uma série de exigências. inerentes ao papel que passam a assumir. As famílias italianas e alemãs apontam diferenças em suas composições familiares, devido à influência religiosa, considerando que as famílias costumavam ser numerosas, quanto mais filhos, mais mãos de obra para ajudar na lavoura. As famílias católicas eram mais numerosas devido à influência da igreja, se comparada às famílias de religião evangélica. A igreja católica tinha campanhas contra a contracepção. As famílias numerosas com o tempo vão diminuindo, em função dos tempos de crise, mudando dessa forma as configurações familiares (RENK, 2000, p. 150).

Na década de 1990 surgem as seguintes questões: “colocar bem os filhos” também vem contribuir com as novas configurações familiares e a redução do número de filhos. Estabelece-se, sem dúvida, um novo padrão familiar no qual impera um número reduzido de filhos, que serve também para demarcar a fronteira interétnica. São recorrentes as afirmativas de que “os gringos (italianos) e os (alemães) estão diminuindo, mas os caboclos aumentando, invadindo”, uma vez que têm proles numerosas, em comparação aos de origem. Aqui se inserem os atributos desqualificativos, como: “Não pensar nos filhos”, “Não pensar no futuro”, “Só põem filho no mundo”.

Esses tempos de crise, segundo Renk(2000), são as percepções sentidas nas mudanças no mundo rural, as mudanças externas rebatem nas diversas dimensões da vida camponesa, afetando sua identidade, porém, no que toca a identidade feminina, mesmo com os novos tempos, a mulher permanece representada como esposa ou filha de alguém, não existindo individualmente. O primado masculino expressava-se, assim, no nome da família. Daí a incorporação diferencial da mulher à família do marido (RENK, 2000, p. 219-220).

O contrato de casamento acabava sendo um instrumento de anulação de uma identidade e criação de uma nova. Mesmo após a permissão da lei, podendo manter o seu sobrenome, as mulheres ao se casarem o suprimiam e adotavam o sobrenome do seu marido.

As evidências são encontradas nos nomes de família adotados pelas mulheres casadas e nos padrões de residência virilocal: após o casamento, eram raros os casos de casais que estabeleciam moradia própria, isto é, um padrão neolocal. O rotineiro era morar com a sogra e submeter-se a seu estilo de vida por uma ou duas safras, até obter o recurso para estabelecer moradia própria. No entanto, às vezes o tempo passava e a morada conjunta tornava-se longa. Obedecer e acompanhar o marido era a lei (WINCKLER; RENK, 2017, p. 469).

As narrativas apontam que muitas mulheres avaliam o casamento enquanto libertação da autoridade, do “jugo” paterno. Noutros casos também aconteceu o contrário (...) “Depois

que casei a vida virou um inferno, eu dizia: “um dia vou viver, eu quero viver”, queixasse do marido que não a ouvia e dos filhos que a judiavam” (RENK, 2000, p. 337).

Cita Tonezer (2014), ao analisar mulheres idosas rurais dos municípios de Camaquã e Canguçu, no Rio Grande do Sul, que a mulher no rural é rotulada como cuidadora em situação de doenças, seja dos filhos, netos ou maridos, mas que em diversas situações estas afirmam não receber tais cuidados. A autora ainda destaca que o comportamento entre homens e mulheres se diferem após a perda de um dos cônjuges, muitos homens procuram o recasamento, mostrando a necessidade de alguém que cuide deles. “Esse comportamento de gênero influencia nas situações de maiores vulnerabilidades individual social feminina” (TONEZER, 2014, p. 102).

Existem classificações que associam espaços a pessoas, mais especificamente as relações sociais de gênero. De acordo com Wedig e Menasche (2013), em seus estudos sobre as práticas alimentares dos camponeses em uma comunidade rural do Rio Grande do Sul, na região do Vale do Taquari, identificam que a cozinha (dentro) é um espaço fundamentalmente da mulher e, de forma mais precisa, da mãe de família, que coordena com a ajuda das filhas. A roça, a lavoura, os aviários e os chiqueiros (fora) são de domínio masculino. Como enfatizam as autoras:

A casa e no interior dela, a cozinha é identificada como local de predomínio feminino, sendo a comida sempre de responsabilidade da mãe de família. As mulheres além do trabalho em casa e na roça, tratam dos animais no quintal, tiram leite, cultivam a horta (WEDIG; MENASCHE, 2013, p. 151).

Desde cedo as crianças são socializadas nesses espaços de trabalho, onde realizam funções de acordo com o sexo. Os meninos acompanham os pais em suas atividades, aprendem um modelo de masculinidade, realizam trabalho na roça, na lida com animais, na comercialização de produtos agrícolas. Já as filhas, aprendem “as lidas domésticas”. O homem produz para comercialização, a mulher traz o que produz para dentro da casa e transforma em comida (WEDIG; MENASCHE, 2013, p. 152).

Entre os colonos existe uma tendência em idealizar as relações familiares do passado, como espaço pleno de harmonia e respeito, “quando se respeitava os pais”, palavra de mãe e pai era sagrada, “era lei”, em oposição aos tempos de hoje, em que os filhos já nem obedecem mais. Viajava-se dias a cavalo para visitar os parentes, “hoje em dia os sobrinhos casam e a gente nem conhece”. Porém, Renk (2000) chama a atenção para essa romantização do

passado, ressaltando que os conflitos entre pais e filhos eram recorrentes, levando muitos filhos a se afastarem da propriedade da família.

Na colonização do Oeste de Santa Catarina, a presença da Igreja foi marcante em todas as colônias e teve papel marcante no processo colonizador. As próprias companhias colonizadoras tratavam de garantir áreas de terra para construção e instalação da igreja em cada povoado que se formava. Com isso, a religião constituiu-se em uma forma de poder que influenciava diretamente a configuração das famílias e da sociedade.

Segundo a historiadora Mary Del Priore (2001), o código moral imposto pela Igreja no período colonial teve papel fundamental na consolidação do patriarcado ao cristalizar ideias como a da submissão das mulheres. Daí a preocupação das companhias colonizadoras em garantir a implantação das igrejas junto às áreas colonizadas. A presença da Igreja acaba por garantir a ordem dentro das comunidades recém-criadas, a harmonia entre os colonos e suas famílias, a obediência e a subserviência das mulheres aos seus maridos.

Sobre essa subserviência Renk (2000) destaca:

A “vida estragada”, “vida assassina” das mulheres é contada com muita frequência, em que as críticas recaem no pai-patrão quando solteiras, e transferidas ao marido-patrão, após o casamento, por não ouvi-las e por deixá-las a margem dos negócios ou das decisões familiares. As mulheres advogam-se no papel de “Cassandra”, por profetizarem e não serem levadas a sério, tampouco ouvidas. Os homens parecem vê-las enquanto “Pandora”, a quem não se deve dar ouvidos (RENK, 2000, p. 338).

Existe uma prevalência do princípio paterno e das vontades masculinas. Na comunidade em que existem cobranças, se fazia presente quando os padrões exigidos eram quebrados. As penalidades podiam consistir nas zombarias, nos falatórios ou na proibição de noiva grávida casar-se com véu, grinalda e traje branco. A igreja exercia papel vigilante e inquisidor (RENK, 2000, p. 222).

Para Renk (2000) os tempos de crise trouxeram mudanças significativas para as mulheres agricultoras do oeste catarinense. As mulheres, passaram a requerer o direito de se associarem e não ser apenas representadas:

Quando falo de tentativa de romper com a estabilidade, atribuo-o a uma fração de mulheres que passam a se sindicalizar e a participar do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Expressam-se, que antes eram cruas, cegas e não enxergavam. Nas falas há um momento de ruptura, de despertar, a partir do qual passaram a enxergar, já que antes estavam com vendas nos olhos (RENK, 2000, p. 334).



Em um contexto de acelerada mudança social, o papel da mulher também está mudando. Passa a ocupar outros espaços na esfera pública, podendo sentar-se junto aos homens nos momentos de ofícios religiosos, participando da liturgia, podendo portar um título de eleitor e exigindo que nele constasse a profissão de agricultora, fato inconcebível antes de 1988, no título constava apenas “a qualificação de prendas domésticas ou domésticas do lar” (RENK, 2000, p. 336).

Tonezer (2009), em seus estudos na metade sul do Rio Grande do Sul, evidenciou que as precariedades do meio rural, em algumas regiões, tornaram o benefício previdenciário a única forma de sustento das famílias, tendo em alguns casos efeitos significativos sobre as condições de vida da população do campo. Para a mulher rural, o direito ao benefício previdenciário ganhou uma dimensão que vai muito além da econômica. Elas que, até então, estavam em uma posição de subalternidade, passam a ser as provedoras das famílias, em grande parte dos casos. Outro fator que também merece destaque é o acesso mais cedo à aposentadoria por parte das mulheres, sendo que podem se aposentar aos 55 anos e os homens apenas aos 60 (TONEZER, 2009, p. 2009).

### **2.2.2 O trabalho**

De acordo com Brumer (2004), diversos estudos analisaram o lugar das mulheres dentro do campesinato. Ela destaca que a divisão do trabalho por sexo, na agricultura, permite concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho, geralmente, aparece como “ajuda”, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles.

Segundo Ramos (2012), dentre as diversas dimensões do mundo do trabalho, elementos que alicerçam a base social da situação das mulheres, atualmente, as dimensões da divisão sexual do trabalho, da vulnerabilidade social e econômica e a precarização das atividades desempenhadas pelas mulheres são pontos fundamentais para melhor compreender a realidade das mulheres camponesas.

A divisão sexual do trabalho atualmente é entendida como “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos”, modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens ao espaço produtivo e das mulheres o reprodutivo, conseqüentemente, adicionando às funções masculinas, maior valor social (RAMOS, 2012, p. 11).

Os dois elementos básicos da divisão sexual do trabalho são, portanto: separação entre trabalho de homem e trabalho de mulher e hierarquização destes, sendo o trabalho dos homens mais valorizados. Há uma enorme quantidade de trabalhos desempenhados pelas mulheres que não são considerados, o que “coloca como parte do destino biológico das mulheres a responsabilidade pelo trabalho doméstico e de cuidados” (RAMOS, 2012, p.12)

Brumer e Freire (1984) destacam que:

[...] na divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos, ao homem cabe geralmente a exclusividade de desenvolver serviços que requerem maior força física, tais como lavrar, cortar lenha, fazer curvas de nível, derrubar árvores e fazer cerca. Também cabe ao homem o uso de maquinário agrícola mais sofisticado, tal como o trator. A mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado do quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim (BRUMER; FREIRE, 1984, p. 318).

Salienta Brumer (2004) que o caráter de “pesado” ou “leve” da atividade é relativo e culturalmente determinado, uma vez que, na esfera de suas atividades (doméstica), a mulher executa tanto trabalhos “leves” como trabalhos “pesados”. Maria Ignez Paulilo (2016), analisando os trabalhos agrícolas no sertão e no brejo paraibano, e na cultura de fumo na região sul de Santa Catarina, observou que nesses contextos são frequentemente realizadas distinções entre o trabalho leve e o trabalho pesado, sendo o primeiro relacionado à mulher e o segundo ao homem. Contudo, a autora constatou que as denominações trabalho “pesado” e “leve”; dependem da perspectiva social analisada.

Nas atividades cotidianas, homens e mulheres realizam trabalhos pesados, tais como cortar a lenha, lidar com a roça, carregar os filhos pequenos e transportar a água que se encontra longe do domicílio. No entanto, o que se pode constatar é que quanto mais proeminente o trabalho executado, mais a mulher encontra-se excluída dele. Ou seja, “o trabalho é leve (e a remuneração é baixa), não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar” (PAULILO, 1987, p. 70).

Ramos (2012) observa que a divisão sexual do trabalho também se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e da roça. Historicamente, muitas atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas extensão do trabalho doméstico. É importante ressaltar que essa modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está vinculada à

introdução da noção capitalista de trabalho, que justamente reduz o trabalho ao que pode ser trocado no mercado.

Apesar da sobrecarga de trabalho, a divisão de tarefas com os companheiros e com os filhos homens não é considerada por elas, pelo contrário, elas valorizam as atuações deles nos serviços doméstico e de cuidados, ressaltando suas atuações como ajudantes. Contudo, a ajuda concedida por eles tem um peso completamente diferente da atuação delas no trabalho produtivo. A denominação “ajudante” para ambos os gêneros evidencia que a atribuição dada às mulheres se remete à sua posição hierarquicamente inferior nas famílias e não pela qualidade e quantidade do serviço executado (RAMOS, 2012, p. 19).

Embora as mulheres participem ativamente do trabalho na agricultura propriamente dito, este é um trabalho atribuído aos homens. Ao ser considerado como mera ajuda, o papel das mulheres na agricultura é invisibilizado (BRUMER, 2004, p. 7).

Paulilo (2016) salienta que essa cultura patriarcal é característica fundamental para compreensão da mulher rural, em que o trabalho da menina lhe é ensinado desde muito cedo. O tempo das meninas começa a ser organizado intercalando-se as atividades produtivas com as reprodutivas, assim como com a dedicação à escola. O trabalho doméstico e o trabalho produtivo estão tão intimamente ligados que é difícil separá-los rigidamente. É comum as agricultoras utilizarem as expressões “trabalho de fora” e “trabalho de dentro”, para separarem espacialmente as tarefas reprodutivas das tarefas produtivas que acontecem de maneira concomitante. A expressão “fui para dentro fazer o servicinho” é bastante usual quando se referem às obrigações do trabalho reprodutivo nos pequenos intervalos da jornada diária do trabalho produtivo. A produção na horta, a criação de pequenos animais (tais como galinhas e porcos) e o cultivo de pomares são práticas quase que exclusivamente voltadas para o autoconsumo. Estas atividades são descritas como parte do mundo doméstico, pois ocorriam no intervalo entre uma tarefa e outra dentro da casa ou no ir e vir da lavoura, justamente quando as mulheres passavam para “mexer” na horta, recolher os ovos, alimentar os animais ou apanhar frutas no pé (PAULILO, 2004, p. 81).

De acordo com Herrera (2019) a pausa no trabalho geralmente ocorre aos domingos e em feriados religiosos, com exceção das visitas aos vizinhos e nas rodas de chimarrão, que podem ocorrer no fim do dia de trabalho. Tradicionalmente, os cultos e as festas são celebrados na comunidade em espaços como a igreja e o pavilhão paroquial. As rodas de chimarrão e as visitas aos vizinhos costumam acontecer em suas próprias casas.

Woortmann (1990) destaca que a comunidade é a “cápsula protetora” do campesinato, e ela constitui uma ordem moral. No seu interior acontecem as relações de troca, no mundo

camponês analisado pela autora, a troca, principalmente de alimentos, constitui uma reciprocidade.

### 2.2.3 A terra

A campesinidade também se constitui por elementos, dos quais comida, trabalho e terra, conforme Woortmann (1990) destaca, são categorias centrais da moralidade camponesa, sendo transmitidas ao longo das gerações. Existe uma complexidade no conhecimento relacionado à prática agrícola; há também uma percepção moral da relação com a terra, certa “humanização” da natureza expressa nas concepções sobre consórcio e classificação de plantas, classificação de terras, e relação da lua com o cultivo.

As relações de trabalho também são marcadas pelos laços comunitários. O matrimônio entre vizinhos acontece costumeiramente, dessa forma o camponês sempre vê o vizinho como um parente em potencial. Esses laços sociais regem o mundo do trabalho da comunidade. Quando se precisa de mão de obra não se contrata o vizinho, “convida-se”, e o serviço será pago em comida. Nessas comunidades, uma família pode se encontrar em alguma situação de crise, essa, então, receberá ajuda da comunidade, isto é, “será socorrida pelo espírito da generosidade da comunidade”, por isso a comunidade é uma “cápsula protetora” (WOORTMANN, 1990, p. 23).

Se não se assalaria o vizinho, (potencial parente), então, na mesma ética, não se faz negócio, “por que no negócio, sempre um sai ganhando e um sai perdendo”, significaria ganhar lucro sobre o trabalho alheio, e se configuraria como uma atividade que não envolve honra. O negócio seria a negação da reciprocidade, sob esse mesmo prisma, seria a negação da campesinidade. Nesse sentido, Woortmann (1990) afirma que “com parente não se negueia” (WOORTMANN, 1990, p. 25).

Cada comunidade camponesa configura em seu local um imenso universo específico de saberes, símbolos, ritos, tradições, costumes, práticas, concepções de mundo e interpretações da natureza. Mesmo que existam feições similares entre comunidades, muitas não são generalizáveis, pois a inserção de populações em localizações geográficas distintas implica em diferenças significativas no conhecimento da composição do ecossistema em que estão imersas, nas raízes étnicas, no modo de produção associado ao clima do local, nas memórias coletivas compartilhadas, dentre muitos outros fatores (WOORTMANN, 1986, p. 42).

A mulher camponesa não possui direito à terra, de um modo geral as filhas mulheres não herdam a terra, a não ser que seu marido seja agricultor. Como indicam Zuleide Teixeira, Helena Carvalho e Mireya Suárez (1994):

Mesmo que em termos legais as mulheres tenham direito à titularidade da propriedade, este direito é impedido pelos valores e costumes das comunidades e pelo fato de o interlocutor privilegiado dos órgãos que executam as políticas do setor agrícola ser o homem/chefe de família, a quem atribuem a responsabilidade pela unidade produtiva (TEIXEIRA; CARVALHO; SUÁREZ, 1994, p. 71).

No Brasil, observa-se uma prática no processo de transmissão da terra, centrada na figura do “chefe de família, como nos sinaliza Paulilo (2004), em que se privilegia o filho primogênito na divisão da herança. Mais especificamente, a tradição de transmissão de herança da terra no sul do Brasil remonta, segundo Woortmann(1995), às práticas trazidas no final do século XIX e início do século XX pelo movimento migratório de alemães e italianos. Segundo esta tradição, compartilhada entre camponeses do sul da França, Áustria, partes da Alemanha e Itália, a transmissão da terra era indivisa, ou seja, apenas um filho era escolhido como herdeiro/sucessor, ficando o restante com uma parte insignificante ou sem absolutamente nada.

As mulheres são constantemente excluídas do processo de herança da terra mesmo com a conquista do direito a este bem determinado por lei, que “não significou uma possibilidade concreta de filhas de agricultores partilharem a herança em pé de igualdade com seus irmãos homens”. Devido a este costume, elas ficam sem herdar o patrimônio familiar de suas linhagens de origem, participando apenas indiretamente da herança dos maridos e sogros (PAULILO, 2004, p. 233).

Paulilo (2004) destaca, em sua análise, o termo “ganhar sua parte”, exemplificando os casos de transmissão do patrimônio e a compensação fornecida pela família na sua falta. Esta ação é a contraparte simbólica em função do merecimento pelo trabalho realizado em prol da propriedade rural, demonstrando que os trabalhos da mulher nas lidas domésticas e nos cuidados, na roça e na propriedade não são considerados como trabalhos. O processo sucessório é, em certa medida, enviesado contra a mulher.

Os critérios utilizados para determinar quem fica com a terra excluía as mulheres. A partir da década de 1940 os padrões de herança se modificam, tomando características diferenciadas entre italianos e alemães. Os demais filhos passam a ter direito à herança. De modo geral, as mulheres passam a receber estudo e em alguns casos o direito à terra. “Foram

encontrados arranjos e rearranjos que demonstraram uma maleabilidade e adaptatividade dos colonos”. Evidencia-se que as mulheres passam a ser mais contempladas, recebendo para além da máquina de costura, enxoval e a novilha (RENK, 2000, p. 296).

As implicações indiretas da falta de reconhecimento social relacionam-se ao fato de que as mulheres, apesar de ocuparem papéis centrais na produção agrícola da unidade familiar, têm a sua importância marginalmente reconhecida. Sendo que, muitas vezes, não são nem sequer consideradas como agricultoras. Como consequência desse processo de alijamento, são historicamente e sistematicamente excluídas do acesso à terra, em função de aspectos culturais, que reservam tal privilégio ao filho homem, beneficiado pela herança da família. Neste sentido, conforme aponta Carneiro (2001), o acesso da mulher à terra por herança depende tanto de sua posição específica no processo produtivo, quanto dos valores que sustentam esta posição.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

Escrever a história das mulheres não é uma tarefa fácil. Invisível durante séculos, somente nos anos 1980 o tema finalmente emergiu como um campo definido de pesquisa para os historiadores. Desde então um número significativo de publicações vem revelando o fortalecimento expressivo desse interesse, como atesta o crescimento de livros, artigos em revistas especializadas, teses, dissertações e simpósios temáticos versando sobre o tema.

Ao escrevermos sobre a problemática da mulher não poderíamos deixar de narrar, mesmo que de forma sintética, a história das mulheres no Brasil. Para os historiadores Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas em seu livro *Domínios da história*:

A grande reviravolta da história nas últimas décadas, debruçando-se sobre temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse, contribui para o desenvolvimento de estudos sobre as mulheres. Fundamental, neste particular, é o vulto assumido pela história cultural, preocupada com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais: os operários, camponeses, escravos, as pessoas comuns. Pluralizam-se os objetos da investigação histórica, e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p.399).

Há pouco tempo a historiografia tem se debruçado sobre a problemática das mulheres, estudos recentes vêm revelando a participação ativa das mulheres nos acontecimentos históricos. A escrita da história até segunda metade do século XIX estava restrita a narrar as façanhas dos homens e deixou as mulheres marginalizadas. As mulheres, ao longo da história, estiveram restritas à esfera privada, quando ousavam ocupar lugar na esfera pública, lugares exclusivamente masculinos, eram vistas com maus olhos, como força do mal, infidelidade. Para Cardoso e Vainfas (1997), até meados do século XIX, o positivismo estava voltado para história política e domínio público, os historiadores marxistas tratavam da questão de forma secundária, que essa problemática seria resolvida com a instauração de uma sociedade sem classes. Uma corrente revisionista marxista da década de 1960, voltada para a história social, foca nos estudos de grupos ultrapassados pela história, entre eles as mulheres.

O desenvolvimento de novos campos como a história das mentalidades e a história cultural reforça o avanço na abordagem do feminino. Apoiam-se em outras disciplinas — tais como a literatura, a linguística, a psicanálise, e,

principalmente, a antropologia — com o intuito de desvendar as diversas dimensões desse objeto. Assim, a interdisciplinaridade, uma prática enfatizada nos últimos tempos pelos profissionais da história, assume importância crescente nos estudos sobre as mulheres (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 401).

Essa abordagem historiográfica específica culmina com a ascensão do movimento feminista na década de 60, que chamou a atenção dos diversos grupos intelectuais da época para essa marginalização da história das mulheres, resultando em estudos que vêm sendo desenvolvidos até a atualidade.

No Brasil, as primeiras narrativas históricas sobre as mulheres tiveram início na década de 1980 e foram muito marcadas pela preocupação com a dialética da dominação versus opressão, dando pouco ou nenhum destaque às múltiplas formas de resistência que as mulheres elaboraram ao longo do tempo para fugir à dominação masculina. Várias historiadoras alertaram para este fato: Silva Dias, Del Priore, Soihet, algranti, entre outras. Porém, mais do que falar sobre as misérias da vida feminina, importava decodificar que poderes informais e estratégias as mulheres detinham por trás do poder masculino, e como articulavam a subordinação e a resistência (DEL PRIORI, 1994, p. 218).

Inicialmente a produção ficou muito centrada no período colonial, valendo-se dos relatos de viajantes, dos processos civis e criminais, da iconografia. Falou-se muito da senhora de engenho e da escrava como dois polos opostos e distanciados. Discutiu-se de maneira exaustiva o discurso moralizador sobre o uso dos corpos das mulheres coloniais. Na medida em que novas abordagens, métodos e técnicas foram incorporados aos estudos históricos — mediante a valorização da história oral e da história do tempo presente e a utilização dos arquivos particulares (cartas, diários, fotografias) — foi possível ampliar as pesquisas e abarcar períodos mais contemporâneos (SILVA, 2008, p. 228).

Não há futuro para a história das mulheres sem um permanente exercício arqueológico da memória, porque sem ela não se pode construir nem resguardar a identidade. Até porque a memória é matéria-prima da história, e a própria realidade é marcada por elaborações, interpretações que os sujeitos fazem dela.

Segundo Gil (2002, p. 23) a pesquisa pode ser entendida como um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

A abordagem metodológica escolhida para compreender as subjetividades presentes nessa pesquisa e chegar ao alcance dos objetivos, foi a abordagem qualitativa.



Inicialmente a pesquisa qualitativa era aplicada em estudos de antropologia e sociologia. Porém, a pesquisa qualitativa tem se expandido para as áreas como a psicologia e a educação e até mesmo nas áreas da saúde (MINAYO, 2001). Nesse sentido, a pesquisa qualitativa é um importante instrumento de investigação da complexidade do trabalho intersetorial.

“A abordagem qualitativa de uma pesquisa possibilita a construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico” (MINAYO, 2012, p.5). São caracterizados como qualitativos os procedimentos metodológicos voltados aos significados, desejos, valores, crenças e atitudes, o que corresponde a um complexo meio de relações, que não pode ser reduzido à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2013).

Minayo (2014) afirma que as “metodologias de pesquisa qualitativa são aquelas com capacidade de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, relações e estruturas sociais”. Conforme Sophie (2010, p. 19), “os métodos qualitativos apresentam um espectro de utilização ao mesmo tempo mais específico e relativamente mais amplo: eles são empregados como métodos exploratórios de um fenômeno social emergente”. Dessa forma, o objetivo da pesquisa quantitativa é compreender os fenômenos através da coleta de dados narrativos, estudando as particularidades e experiências individuais. A pesquisa qualitativa reúne dados que são coletados de forma de narrativa, como diários, questionários abertos, entrevistas e observações que não são codificadas pelo sistema numérico.

Na perspectiva de dar voz a essa classe historicamente marginalizada pela historiografia, em específico as mulheres agricultoras que foram atingidas pela construção da barragem Foz do Chapecó, este trabalho terá como obra norteadora o livro de Paul Thompson *Voz do passado: História oral*, que nos dará suporte teórico-metodológico para o desenvolvimento desta pesquisa, sendo que a fonte histórica para o desenvolvimento deste trabalho será a fonte oral, por meio da entrevista, como já foi aqui salientado.

Segundo Thompson (2000), “todo homem e toda mulher têm uma história de vida para contar que é de interesse histórico e social, e muito podemos compreender a partir dos poderosos e privilegiados”, A exemplo de proprietários de terra, advogados, padres, empresários, banqueiros etc. Mas a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas. Essas vozes ocultas são, acima de tudo, de mulheres, e é por isso que a história oral tem sido tão fundamental para a criação da

história das mulheres; mas existem muitas outras, tais como a dos trabalhadores que não estão organizados em sindicatos, dos muito pobres, dos deficientes, dos sem-teto ou grupos marginalizados. No Brasil isso inclui particularmente os povos indígenas, as comunidades rurais de ex-escravos que viviam nos quilombos e, acima de tudo, as famílias das favelas das grandes cidades (THOMPSON, 2000, p. 17).

Pode-se destacar a importância da história oral, no que se refere ao resgate da memória, baseando-se no trecho que segue:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p.17).

Para Thompson(2000), ao longo dos séculos a história tradicional normalmente vem privilegiando o relato dos grandes sujeitos e acontecimentos, ou seja, é a história dos heróis; já a história oral busca dar voz aos pequenos eventos do cotidiano, que fazem parte de nossas vidas, dá ouvidos aos silenciados, mostrando o quanto também são sujeitos da história. Assim, uma das características dessa metodologia está no fato de que ela pode apresentar uma riqueza de detalhes que, muitas vezes, não são encontrados nos documentos.

Thompson(1998) afirma que “Voz do passado” trata do método e do significado da história oral para escrita da história, é uma introdução ao uso de fontes orais pelo pesquisador. A utilização dessas fontes; suscita questões fundamentais, e esta obra se propõe a orientar em como coletar e avaliar material de entrevistas. Para Thompson:

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudanças isso depende do espírito com que seja utilizada. Não é obstante a história oral pode certamente um meio de transformar tanto conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história, seja em livros, museus, rádio ou cinema, pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental mediante suas próprias palavras(THOMPSON, 1998, p.22).

Nesse sentido, existe uma crítica a não valorização das fontes oriundas de pesquisas orais que nos permitem compreender o passado, ou quando era feita até o século XIX, estava voltada essencialmente ao político: uma documentação da luta pelo poder, onde pouca atenção

mereceram a vida da população comum, ou as realizações da economia ou religião, a não ser em tempos de crise.

Em uma entrevista dada no ano 2000 na Universidade Federal de Minas Gerais, que posteriormente viraria o artigo intitulado *História Oral e contemporaneidade*, Paul Thompson fala dos desafios da história oral na atualidade e de suas potencialidades para o futuro. Ele inicia seu artigo fazendo as seguintes indagações: o que entendemos por história oral atualmente? E quais suas potencialidades para o futuro? Para Thompson a definição de história oral deve ser ampla:

Entendo por história oral a interpretação da história e das mutáveis sociedades e cultura através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências. Não creio que se possa avançar muito tentando definir história oral de modo estreito, como um processo de habilidades com regras fixas, ou como uma subdisciplina separada (THOMPSON, 2000, p.9).

Segundo o autor a história oral é um método essencialmente interdisciplinar. Um caminho cruzado entre sociólogos, antropólogos, historiadores, estudantes de literatura e cultura etc. A influência de outras áreas no campo da história oral possibilitou uma abordagem mais ampla, que funde o interesse pelo passado e pelo presente por meio de uma única entrevista de história de vida, ou de grupos intergeracionais de entrevista realizadas com determinadas famílias. “A combinação interdisciplinar de métodos representa o maior potencial para a pesquisa do futuro” (THOMPSON, 2000, p.11).

Para Thompson (2000) os historiadores orais nunca deveriam ficar satisfeitos com abordagens aleatórias para escolher aqueles que ouviremos, pois isso, enfraquece seriamente as conclusões que podemos tirar de nossas entrevistas. Em todo projeto precisamos dar atenção especial à formulação de estratégias apropriadas de amostragem (THOMPSON, 2000, p.16).

### 3.2 PARTICIPANTES

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foi uma organização presente neste trabalho. Primeiramente foi contatado o coordenador regional do MAB e solicitou-se para que este indicasse outras lideranças do movimento, tendo como critério a contemplação de homens e mulheres.

Para realizar a pesquisa também foram entrevistadas mulheres agricultoras atingidas pela barragem Foz do Chapecó, que conheço, por residir em um dos municípios afetados por

esse empreendimento, que se deslocaram para reassentamento, novas propriedades rurais ou núcleos urbanos, com as quais tive ou tenho empatia, pois, como menciona Minayo (2001), “as capacidades de empatia e de observação por parte do investigador e a aceitação dele por parte do grupo são fatores decisivos” nas pesquisas qualitativas (MINAYO, 2001, p. 61).

As mulheres atingidas por barragens foram atores fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, como a própria população atingida por barragens.

A escolha dos sujeitos e o tamanho da amostra contou, como sugerem Baldin e Munhoz (2011), com a técnica bola de neve, que é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que, por sua vez, indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto ou o ponto de saturação, momento no qual os entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa.

No geral foram entrevistas oito mulheres e dois representantes do MAB. Para preservar o anonimato das mulheres entrevistadas optou-se por denominá-las com nomes de flores. Em relação aos dois entrevistados do MAB, sendo um homem e uma mulher, estes foram denominados como: Entrevistado 1 e Entrevistada 2.

### 3.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Esse estudo teve como técnica a pesquisa exploratória, que tem por objetivo aprimorar hipóteses, validar instrumentos e proporcionar familiaridade com o campo de estudo. Constitui a primeira etapa de um estudo mais amplo, e é muito utilizada em pesquisas cujo tema foi pouco explorado, podendo ser aplicada em estudos iniciais para se obter uma visão geral acerca de determinados fatos (GIL, 2002). A invisibilidade das mulheres atingidas por barragem justifica a técnica de pesquisa escolhida. As especificidades da trajetória de vida das mulheres agricultoras atingidas por barragem é um tema pouco explorado, geralmente o tema das populações atingidas por barragens é abordado de forma ampla, desconsiderando as mudanças diferenciadas que a implementação de barragens e que o remanejamento populacional gera na vida das mulheres atingidas.

Neste sentido, essa pesquisa em nível de Mestrado e a opção pela pesquisa exploratória se justifica pela necessidade em conceber instrumentos adequados ao contexto e aos sujeitos que pretendemos realizar a investigação e que atenda de modo satisfatório os anseios, sejam eles dos pesquisadores ou dos pesquisados. Deste modo poderemos mergulhar

no campo de estudo com mais compreensão e precisão dos objetivos que pretendemos alcançar. Este tipo de pesquisa nos traz dados qualitativos importantes para o (re) direcionamento dos estudos, uma vez que não pretendemos confirmar ou refutar hipóteses, mas levantar questionamentos e possíveis equívocos na construção (ou elaboração) dos instrumentos a serem aplicados. Em uma pesquisa qualitativa o ambiente é uma fonte direta de geração de dados, pois lidamos diretamente com os sujeitos que tiveram experiência com o problema (ou objeto) pesquisado.

Os instrumentos de pesquisa foram a entrevista, acompanhada do diário de campo. Cada uma destas ferramentas nos permite investigar com o rigor científico que se espera de uma pesquisa, mas também com um olhar sensível e detalhista para com o próprio campo de atuação.

Minayo (2008) define a entrevista como uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo.

Para Thompson (1998) existem diferentes tipos de entrevistas, que variam desde uma conversa amigável até o estilo mais formal e controlado de perguntar. As qualidades de um bom entrevistador são: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, principalmente, disposição para ficar calado e escutar.

Uma alternativa é a preparação das informações, que podem ser orientadas por vários meios, ou com entrevistas exploratórias, mapeando o campo e colhendo ideias e informações. O entrevistador aprende com a entrevista, é bom que o entrevistado seja mais bem informado que o entrevistador, pois se consegue detalhes preciosos. Para que se instaure respeito e confiança entre entrevistador e entrevistado é preciso um conhecimento básico sobre os termos. É impertinente submeter alguém a um interrogatório, sendo ele especialista ou não, sem ter certeza de que as perguntas são historicamente relevantes e estão corretamente formuladas para aquele contexto (THOMPSON, 1998, p.22-29).

Para Meihy (2005), o caderno de campo deve funcionar “como um diário em que o roteiro prático seja anotando, quando foram feitos os contatos, quais os estágios para se chegar à pessoa entrevistada, como correu a gravação, eventuais incidentes de percurso”. Ele deve ser produzido pelos responsáveis pela pesquisa e será de grande ajuda no momento da análise dos documentos. Também poderá ajudar outros pesquisadores, que porventura

consultem as entrevistas, para dar-lhes condição de melhor compreender e avaliar o documento transcrito e o trabalho produzido (MEIHY,2005, p.187).

### 3.4 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

A pesquisa, entendida como a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade, vincula pensamento e ação. Minayo (1994) considera que “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”. Assim, a pesquisa se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular. Tal ritmo é denominado ciclo de pesquisa, que representa um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações.

O ciclo de pesquisa, segundo Minayo (1994), compõe-se de três momentos: fase exploratória da pesquisa, trabalho de campo e tratamento do material. O referido processo inicia-se com a fase exploratória da pesquisa, em que são interrogados aspectos referentes ao objeto, aos pressupostos, às teorias pertinentes, à metodologia apropriada e às questões operacionais necessárias para desencadear o trabalho de campo. Em seguida é estabelecido o trabalho de campo, que consiste no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento. É nesta etapa que são combinadas várias técnicas de coleta de dados, como entrevistas, observações, pesquisa documental e bibliográfica, dentre outras. Por fim, faz-se necessário elaborar o tratamento do material recolhido no campo, que pode ser subdividido em: ordenação, classificação e análise propriamente dita.

A fase do tratamento do material leva o pesquisador à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição. Após a coleta de dados, a fase seguinte da pesquisa é a de análise e interpretação. Estes dois processos, apesar de conceitualmente distintos, aparecem sempre estreitamente relacionados:

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (GIL, 2002, p. 168).

A análise de dados é o processo de formação de sentido além dos dados, e esta formação se dá consolidando, limitando e interpretando o que as pessoas disseram e o que o pesquisador viu e leu, isto é, o processo de formação de significado. A análise dos dados é um processo complexo que envolve retrocessos entre dados pouco concretos e conceitos abstratos, entre raciocínio indutivo e dedutivo, entre descrição e interpretação.

Minayo (1994) chama a atenção para três obstáculos a uma análise eficiente em pesquisa qualitativa. O primeiro diz respeito à ilusão do pesquisador em ver as conclusões, à primeira vista, como “transparentes”, ou seja, pensar que a realidade dos dados, logo de início, se apresenta de forma nítida a seus olhos. Essa ilusão pode levar o pesquisador a uma simplificação dos dados, conduzindo-o a conclusões superficiais ou equivocadas. O segundo obstáculo se refere ao fato de o pesquisador se envolver tanto com os métodos e as técnicas a ponto de esquecer os significados presentes em seus dados. E o terceiro limitador para uma análise mais rica da pesquisa relaciona-se à dificuldade que o pesquisador pode ter em articular as conclusões que surgem dos dados concretos com conhecimentos mais amplos ou mais abstratos. Esse fato pode produzir um distanciamento entre a fundamentação teórica e a prática da pesquisa.

Para efeito de análise dos dados é necessário primeiramente definir a unidade de análise, que, por sua vez, se constitui na forma pela qual os dados são organizados. A definição da unidade de análise requer a decisão sobre o que interessa investigar, que pode ser uma organização, um grupo, diferentes grupos em uma comunidade ou determinados indivíduos.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 O OESTE CATARINENSE E SUA FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL: COMPREENDENDO O ESPAÇO EM QUE ESTAS MULHERES ESTÃO INSERIDAS

Para analisar as trajetórias das mulheres agricultoras atingidas pela barragem Foz do Chapecó (SC), julgou-se necessário, em um primeiro momento, caracterizar o espaço em que se deu a implantação da barragem. Após discorre-se brevemente sobre o processo de implementação da mesma.

### 4.2 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO OESTE CATARINENSE

O oeste catarinense tem uma superfície total de aproximadamente 95 mil quilômetros quadrados, correspondendo a apenas 1,12% do território brasileiro, e uma população de 5,1 milhões de pessoas (MIOR, 2003, p.79).

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, o Território Oeste Catarinense é composto por vinte e cinco municípios: Águas Frias, Águas de Chapecó, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Guatambu, Irati, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Planalto Alegre, Quilombo, Santiago do Sul, São Bernardino, São Lourenço do Oeste, Serra Alta, Sul Brasil, União do Oeste, Pinhalzinho, Saudades e São Carlos. Situado entre os territórios do Meio Oeste Contestado e do Extremo Oeste, ele também compõe a região da Grande Fronteira do Mercosul (Meso Mercosul). O censo traz números interessantes para a compreensão do território:

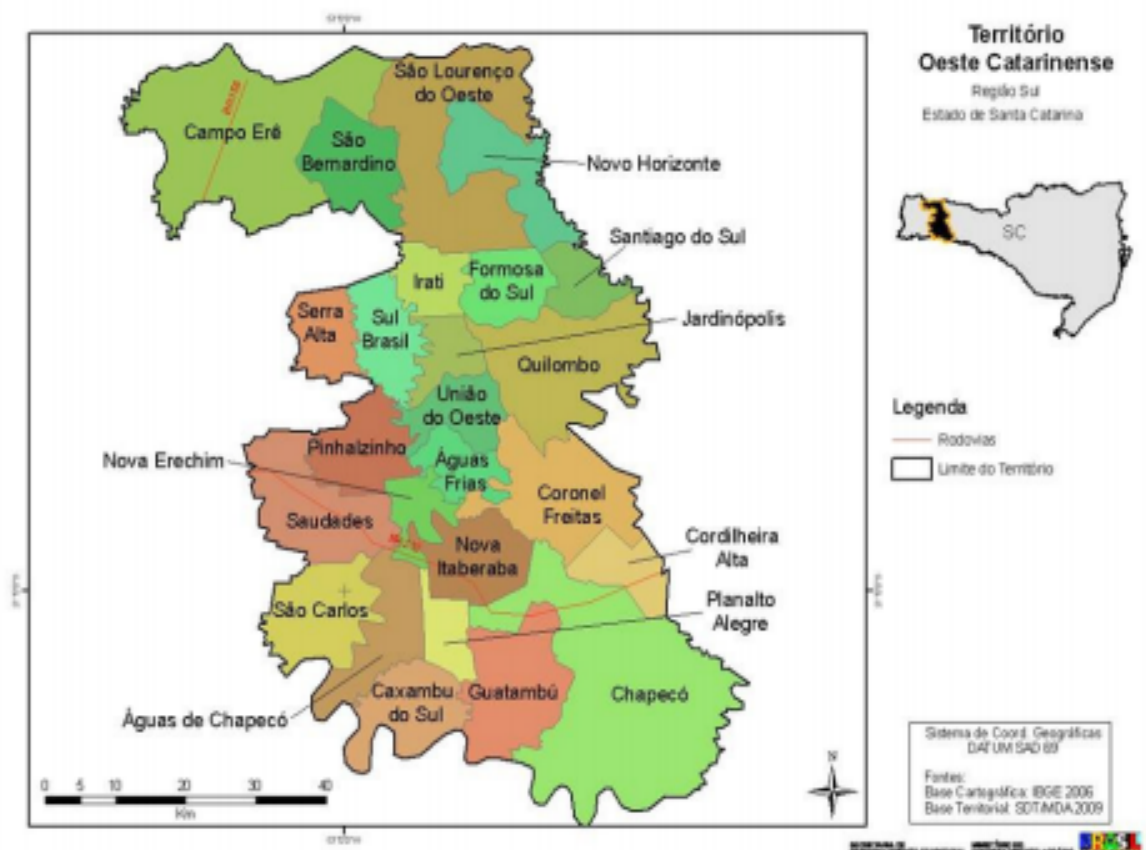
O Território Oeste Catarinense possui uma população de 324.594 habitantes e uma densidade demográfica de 75,7 habitantes por quilômetro quadrado. Esse número, superior aos 64,8 hab./Km<sup>2</sup> do estado de Santa Catarina, é, no entanto, fortemente influenciado pelos números de apenas dois municípios: Chapecó e Pinhalzinho. O primeiro tem 182.809 habitantes, ou seja, 56% da população total do território, e densidade demográfica de 292,8 hab./Km<sup>2</sup>. O segundo, mesmo tendo apenas 16.277 habitantes (5% da população total do território), apresenta uma densidade demográfica de 126,9 hab./Km<sup>2</sup>. Todos os outros vinte e três municípios têm população inferior a vinte mil habitantes (exceção a São Lourenço do Oeste, com 21.742) e densidade demográfica inferior à catarinense (exceção a Nova Erechim, que está muito próximo, com 66,4 hab./Km<sup>2</sup>). Ressalte-se que dezesseis dos municípios do território têm populações menores que cinco mil habitantes (SEBRAE-SC, 2010, p.8).



O Censo Agropecuário de 2006 revela que a presença da agricultura familiar é expressiva no Território. Do total de 18.003 estabelecimentos agropecuários levantados, 16.284 são familiares, representando 90,5% do total. Esse índice é superior ao valor registrado no estado, que é de 87% de estabelecimentos familiares. Destaque-se que há pouco desvio em relação a este valor médio. Praticamente todos os municípios do Território têm a participação da agricultura familiar próxima a 90% (SEBRAE-SC, 2010, p.26).

A Figura 1 apresenta a localização geográfica dos municípios no interior do Território do Oeste Catarinense, assim como a deste no estado de Santa Catarina.

Figura 1 – Mapa de localização do Território Oeste Catarinense



Fonte: Mapa extraído de <http://sit.mda.gov.br>, 2020

O estado de Santa Catarina possui diversas configurações socioeconômicas e culturais, resultantes de uma diferenciação dos seus recursos naturais, das formas de ocupação do território, da paisagem e de sua evolução histórica.

O território que hoje constituiu o Oeste Catarinense era ocupado por indígenas Kaingang, Xokleng e Guarani. Os primeiros contatos dessas populações com europeus se deram nos séculos XVII e XVIII, principalmente com religiosos da Companhia Jesuítica, que tinha a sua sede na província espanhola do Paraguai (D'ANGELIS, 2017, p.15).

Com a chegada dos primeiros colonizadores portugueses e espanhóis, sua configuração populacional começa a se transformar com o surgimento do caboclo (nomenclatura dada aos indivíduos gerados a partir da miscigenação entre “brancos” e “índios”). Africanos escravizados, sobretudo oriundos de Angola, são forçadamente trazidos ao Rio Grande do Sul a partir do século XVIII e a partir do século XIX chegam imigrantes alemães, italianos e poloneses incentivados a ir para a região de acordo com uma política de colonização do Estado brasileiro. Segundo dados de 2012 do IBGE, os povos nativos atualmente correspondem a apenas 0,3% da população gaúcha. A redução deste contingente populacional se dá pelos efeitos da colonização que promoveu sua dizimação. Os sobreviventes hoje vivem integrados à sociedade brasileira (geralmente em situação de marginalização) ou estão restritos às áreas de reserva promovidas pelo Estado através da Fundação Nacional do Índio (Funai). A colonização do oeste catarinense se consolida de tal forma (ROCHA, 2013, p.86).

Para Werlang (1992), a maioria dos colonos veio das antigas colônias gaúchas. O grande número de expropriados e a queda da produtividade facilitou a atuação das colonizadoras nesta região. A oferta de terras férteis, cobertas de matas a preços inferiores aos praticados no Rio Grande do Sul, contagiou muitas famílias. Os colonos, introduzidos pela Sul Brasil, nos primeiros anos foram atraídos por propagandas tentadoras, onde o oeste catarinense era representado como o “eldorado brasileiro”.

As decepções destes pioneiros com a falta de estradas, comércio e surto de mosquitos serviu, no entanto, de contrapropaganda, reduzindo o fluxo migratório. A grave crise econômica enfrentada pelo Rio Grande do Sul e seus reflexos no oeste catarinense foi a principal causa das dificuldades enfrentadas pelos pioneiros a consequente redução do fluxo migratório à região (WERLANG, 1992, p.168).

Até 1938, as dificuldades foram enormes. A falta de mercado para os produtos, entre outras dificuldades, fez com que muitas famílias retornassem aos locais de origem. Outros colonos estavam tão descapitalizados, que não puderam retornar, obrigando-os a enfrentar os problemas. Os teuto-russos encontraram dificuldades ainda maiores. O relevo acidentado, as matas e o próprio clima, ao qual não estavam acostumados, fez com que mais da metade desta

população deixasse a região antes de efetuarem o primeiro pagamento do lote de terra comprado da colonizadora (WERLANG, 1992, p.168).

Para Renk e Winkler, as empresas madeireiras foram as primeiras a se instalar na região, promovendo um acelerado desmatamento. A maior parte da madeira extraída era exportada para países europeus, escoada via Rio Uruguai, em balsas formadas com as toras amarradas umas às outras. No período entre 1930 e 50, atuou na região a Sociedade Madeireira Chapecoense, que era um conglomerado de diversas madeireiras. Tal Sociedade, por sua vez, estava incorporada à Cooperativa da Madeireira Vale do Uruguai Ltda, que ditava os preços e as regras na região (BAVARESCO, 2018, p.296).

De acordo com Renk (2000), a colonização da região Oeste de Santa Catarina foi intermediada pelas companhias colonizadoras legitimadas pelo Estado.

Imagem 1 – Colonizadoras e suas áreas de atuação no Oeste Catarinense

<b>COLONIZADORA</b>	<b>SEDE</b>	<b>ÁREA DE ATUAÇÃO</b>
Brazil Development and Colonization Company	Portland (EUA)	Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó
Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia.	Rio Grande do Sul	Cruzeiro/Joaçaba e Concórdia
Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	Chapecó – sede e outras áreas
Companhia Territorial Sul Brasil	Rio Grande do Sul	Chapecó (Extremo-Oeste)
Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. (H. Hacker e Cia.)	Rio Grande do Sul	Chapecó/Joaçaba
Empresa Chapecó – Peperi Ltda	Rio Grande do Sul	Chapecó – Mondai
Volkverein für die deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Chapecó – colônia Porto Novo/Itapiranga
Barth, Beneti & Cia Ltda (Barth, Annoni & Cia. Ltda)	Rio Grande do Sul	Chapecó – região de São Miguel d'Oeste
Angelodi Carli, Irmão & Cia.	Rio Grande do Sul	Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba
Nardi, Bizzo, Simon & Cia.	Rio Grande do Sul	Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba
Irmãos Lunardi	Rio Grande do Sul	Chapecó
Empresa Povoadora e Pastoral Theodora Capelle	São Paulo	Cruzeiro/Joaçaba - Concórdia
Estado de Santa Catarina	Santa Catarina	Chapecó – (Itaberaba e Itacorubá)

Fonte: NODARI, 2009.

Desde o início do processo de ocupação pelos colonizadores até a consolidação da posse e dominação da região, o período aproximado é de cinco décadas, de 1920 a 1960 (WERLANG, 1992, p.180).

Para Werlang (1992), depois se instalaram as empresas colonizadoras, que, em sua maioria, provinham do Rio Grande do Sul. As áreas eram divididas em lotes de aproximadamente vinte e cinco hectares (uma “colônia de terra”), para serem vendidas às famílias de descendentes de imigrantes europeus, que migravam das colônias velhas do estado vizinho. Esses lotes eram divididos a partir de glebas localizadas entre dois cursos d’água, para que todas as “colônias” tivessem acesso direto a esse recurso natural. As estradas eram abertas em “linhas”, junto com a demarcação dos lotes, prevendo-se o acesso direto a elas de cada uma das colônias de terra.

A penetração dos colonos de origem alemã e italiana resultou na desapropriação dos posseiros, em sua grande maioria luso-brasileiros. Na primeira fase da colonização, serviram eles de mão de obra para a Sul Brasil e madeireiros da região. Entre os serviços prestados, destacam-se a abertura de estradas e picadas, a extração da madeira, a montagem e o transporte das balsas. Com o avanço da colonização, eles passaram a ser desalojados, mediante indenização do rancho e da plantação. Aos que resistiam, seria oferecida a possibilidade da compra do lote, geralmente abandonado por eles quando não conseguiam pagar as prestações. Como os luso-brasileiros não se preocupavam em acumular capital, o pagamento do lote dificilmente ocorria. A estratégia da colonizadora de vender o lote para retomá-lo posteriormente reduziu significativamente o número de despejos judiciais (WERLANG, 1992, p.169).

Conforme Renk (2000, p. 95), a Companhia Sul Brasil, que colonizou parte do antigo território de Chapecó, distribuía os colonos em diferentes áreas de acordo com sua origem étnica e credo religioso, o que mais tarde acabou configurando municípios com maioria de descendentes alemães católicos, como foi o caso do município de São Carlos ou maioria de descendentes de italianos católicos, como o município de Caibi. Um dos principais critérios para distribuição dos lotes entre as famílias era a religião. Teuto-brasileiros católicos, teuto-brasileiros evangélicos e ítalo-brasileiros católicos foram assentados em regiões distintas. O objetivo dessa política era garantir a formação de comunidades homogêneas e imprimir maior coesão social às novas colônias. A estrutura produtiva formada, baseada na policultura vegetal e na criação animal diversificada, interagiu com as formas de solidariedade e coesão social decorrentes dessa opção. Desta forma, o processo de colonização, que foi mais intenso entre 1940 e 1960, foi determinante para a formação da atual estrutura social e econômica, que

define, por sua vez, os principais pilares da identidade territorial (BAVARESCO, 2018, p. 297).

Conforme nos esclarece Renk (1995), os caboclos e indígenas da região oeste catarinense são estigmatizados pelos descendentes de italianos e alemães como menos afeitos ao trabalho. Entre os agricultores familiares descendentes de imigrantes italianos e alemães está arraigada a ideia de que o trabalho deve ser contínuo, metódico e organizado. O trabalho para este grupo social é pensado na lógica do ganho ou da perda e constitui-se como um dos elementos estruturadores da organização interna dos grupos e da distribuição de tarefas.

Neste sentido Renk (1997) destaca que a situação de vida dos caboclos, muitas vezes marcada pela pobreza, aparece na forma de indolência e de não aproveitamento do tempo. Assim como pela ausência de espírito de investimento adequado, de boa poupança e de preocupação com o futuro. Contudo, a postura de agricultores de ascendência europeia, em relação aos caboclos, desconsidera que a falta de recursos deste grupo social é resultado da forma como se configurou a colonização no oeste catarinense, que beneficiou com terras os imigrantes de origem europeia, em detrimento da população local, formada por brasileiros e indígenas.

A Lei nº 601/1850 pode ser considerada o evento por excelência nas questões fundiárias do Brasil. Ao proibir-se a ocupação de terras por posse, a compra passa a ser o único meio de acesso ao mercado fundiário [...] Os imigrantes europeus brancos passam a ser os preferidos no processo de imigração para colonização, em pequena propriedade, em detrimento aos nacionais. E não obstante o interesse mais amplo da imigração europeia, a legislação estabeleceu a sinonímia entre colono e imigrante, tendo em vista a primazia dada ao estabelecimento de núcleos coloniais (WINCKLER; RENK, 2017, p.310).

Mior (2003) observa que a fronteira agrícola se modificou, na região, na década de 1970, coincidindo com a implantação, pelo Governo Federal, dos instrumentos para a chamada modernização conservadora da agricultura brasileira. Para o Oeste Catarinense, isso significa a intensificação do processo de agroindustrialização, especialmente aquele ligado à cadeia produtiva da carne. Tais mudanças nas dinâmicas econômica, social, cultural, política e de uso dos recursos naturais logo mostrariam também suas externalidades negativas, gerando, a partir do início dos anos 80, ações de resistência e defesa por parcela dos agricultores e habitantes da região. É importante destacar que as empresas agroindustriais instaladas passaram a fazer, a partir de um sistema de integração horizontal de agricultores, a gestão do território, considerando somente seus interesses privados. As reações sociais a essa política

propagada como moderna, racional ou científica se originaram politicamente na percepção de mundo possibilitada pela “Doutrina Social” da Igreja católica (fortemente veiculada pela Diocese de Chapecó), partidos políticos de esquerda e por um nascente sindicalismo autêntico ou combativo (em contraposição àquele que praticava somente o assistencialismo médico e previdenciário).

Originam-se daí diversos movimentos sociais que são importantes na evolução recente e nos debates sobre o futuro do Território Oeste Catarinense. São os casos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e dos sindicatos de trabalhadores a ela vinculados, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) (GASPARETO; BADALOTTI; POLI,2018, p. 491).

A busca pela construção de alternativas ao modelo de modernização na região permitiu a instalação de Organizações não Governamentais, que pretendiam inspirar e alavancar propostas produtivas e de organização que apontassem para o desenvolvimento regional sustentável, com base na agricultura familiar.

Hoje, os espaços rurais caracterizam-se pela sua heterogeneidade, parte dos agricultores familiares encontram-se altamente inseridos nos complexos agroindústrias da região, outra parcela, geralmente considerada “excluída” do processo modernizador, produz de maneira menos intensa e geralmente estão inseridos nas cadeias curtas de produção.

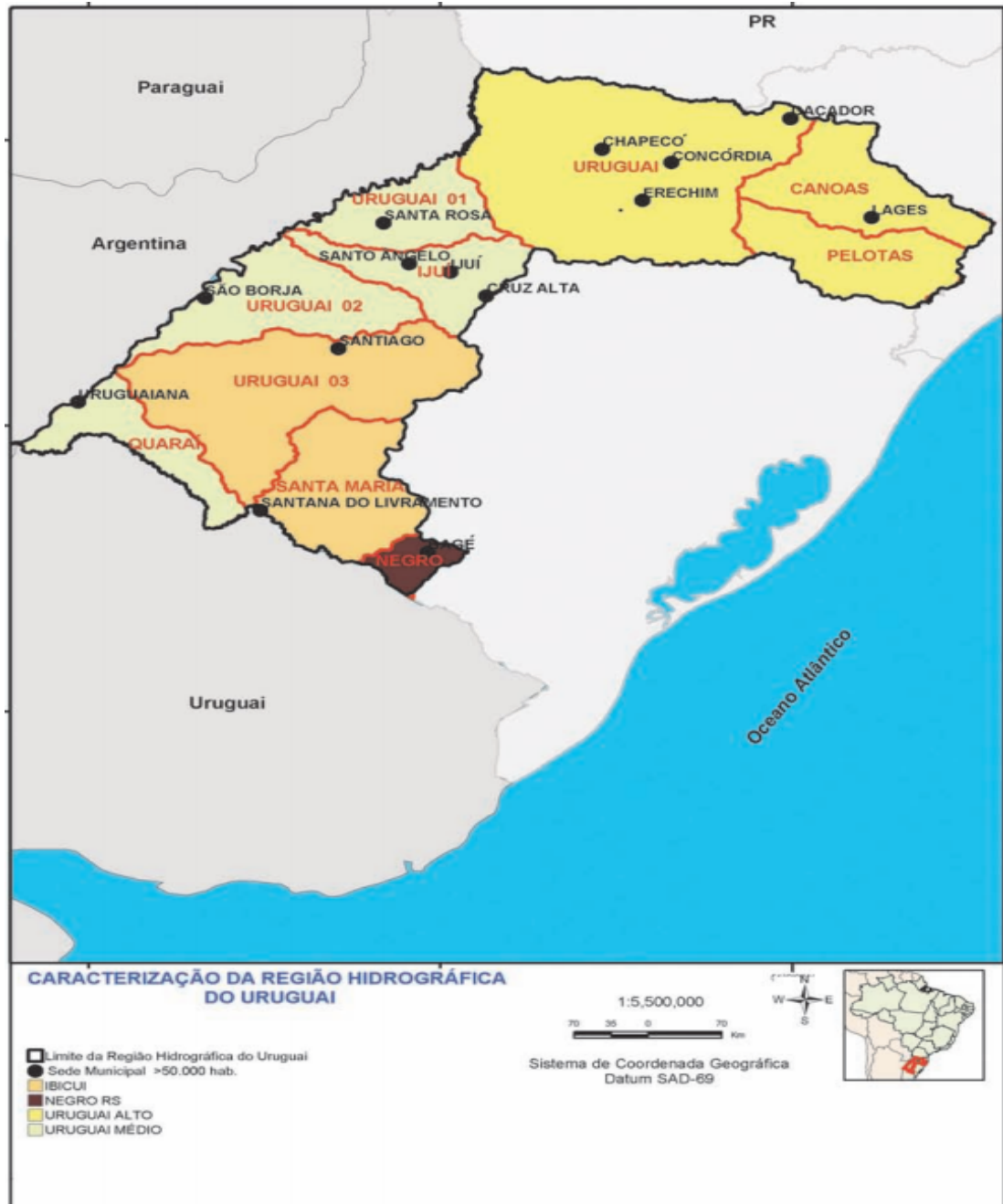
#### **4.2.1 Surgimento de hidrelétricas no oeste catarinense**

Um fator determinante para a instalação de inúmeras barragens no oeste catarinense é o rio Uruguai, que oferece as condições necessárias para a geração de energia. O rio Uruguai é formado da confluência do rio Pelotas com o rio Canoas, a partir daí percorre 2.200km de extensão, até a sua foz no rio da Prata. No início deste longo caminho, o rio Uruguai divide os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em seu trecho nacional. Após, em seu trecho compartilhado, o rio Uruguai materializa a fronteira entre o Brasil e a Argentina, a seguir, deixa de banhar o território brasileiro, servindo de fronteira para o Uruguai e a Argentina (BRASIL, 2006,p.36).

Figura 2 – Região Hidrográfica do Uruguai: localização



Figura 3 – Região Hidrográfica do Uruguai-Estados e cidades abrangente



Fonte: MDA, 2020

Segundo Agnolin, Winckler e Renk (2015) a bacia hidrográfica do Rio Uruguai abrange 2% do território nacional, compreende 174.612 km<sup>2</sup>, localizada no sul do Brasil.

Na década de 1950, criam-se os Grandes Projetos de Investimentos (GPI), que surgem como potencializadores para o crescimento econômico brasileiro. Entre as regiões atingidas



por Grandes Projetos de Investimentos (GPI) relacionados à hidroeletricidade, destaca-se a região oeste de Santa Catarina, uma vez que seu território geográfico é contemplado pela bacia do rio Uruguai, primeira bacia hidrográfica a possuir um inventário hídrico com utilização integral de pontos de aproveitamento (TONEZER *et al.* 2016, p.3).

Desde 1966 o trecho do rio Uruguai entre os municípios de Águas de Chapecó e Alpestre é elemento de interesse, devido ao seu potencial para aproveitamento hidrelétrico, revelado pelo inventário hidroenergético feito na década de 1960, pelo comitê de Estudos Energéticos da região sul (Enersul) (AGNOLIN; WINCLER; RENK, 2015, p.45).

No oeste catarinense, os grandes projetos elétricos foram concebidos a partir da década de 1970 pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A., que visava o aproveitamento do potencial energético do rio Uruguai, em trecho nacional, constituindo o primeiro projeto formulado no Brasil para aproveitamento integral de uma bacia hidrográfica. A proposta inicial previa a instalação de quarenta barragens e deveria contemplar variáveis técnicas, econômicas e socioambientais (SANTOS; NACKE, 2001, p.14).

Brack, Ruppenthal e Brack (2015) salientam que as grandes obras energéticas no Brasil foram elaboradas durante o período da ditadura civil-militar, entre os anos 1977 e 1979:

As grandes hidrelétricas no Brasil, e também para a bacia do rio Uruguai, são originárias de planos elaborados entre 1977 e 1979, resgatados em sua maioria no Programa de Aceleração do Crescimento de 2007 e em edições mais recentes. Fazem parte, portanto, de uma concepção de grandes obras derivadas do período militar, como as hidrelétricas de Itaipu, Tucuruí e Balbina, agregada a uma concepção de outros megaprojetos como transamazônica e usinas nucleares de Angra (BRACK; RUPPENTHAL; BRACK, 2015,p.18).

De acordo com Benincá (2010), durante o regime ditatorial vivenciado de 1964-1985, o Estado brasileiro assumiu o papel de planejador e empreendedor de grandes projetos desenvolvimentistas, com políticas centralizadoras, autoritárias e intimamente ligadas aos interesses do capital transnacional. No Brasil, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) garantiu recursos financeiros, políticos e jurídicos para levar grandes projetos adiante.

#### **4.2.2 A usina hidrelétrica Foz do Chapecó**

Segundo Aldana, Ampolini e Hass (2018) a Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó está instalada na região do alto Uruguai, entre o oeste catarinense e o planalto norte gaúcho. A

construção da UHE Foz do Chapecó não estava prevista no Inventário do Potencial Hidroenergético para Bacia do Uruguai, para o local onde foi construída. Os estudos acerca da viabilização desta hidrelétrica iniciaram, efetivamente, entre os anos de 1983 e 1985, quando a Eletrosul realizou o estudo de pré-viabilidade da UHE Itapiranga, indicando novas alternativas para os aproveitamentos da bacia. De acordo com Locatelli (2014), em outubro de 1999 o local do aproveitamento foi revisto pela ENGEVIX, empresa que elabora estudos, projetos e atua na integração e no gerenciamento de empreendimentos nas áreas de energia, indústria e infraestrutura e posteriormente confirmado pela CNEC Engenharia e Alstom Hydro Energia do Brasil (subsidiária da francesa Alstom), fornecedora de equipamentos eletromecânicos, no relatório final do Projeto Básico da Hidrelétrica Foz do Chapecó. Esses novos estudos não consideraram o Reservatório de Salto, no rio Chapecó.

A construção da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó começou em 2006, sob a coordenação do Consórcio Volta Grande – formado por Camargo Corrêa Construção Civil (CNEC). A usina integrou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I), com investimento de cerca de R\$ 2 bilhões, 75% financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (LOCATELLI, 2014, p. 78).

A Hidrelétrica Foz do Chapecó foi construída no rio Uruguai, a cerca de 6,5 km a montante da foz do rio Chapecó, entre os municípios de Águas de Chapecó no Estado de Santa Catarina e Alpestre no Estado do Rio Grande do Sul, localizado pelas coordenadas geográficas 27° 08' 22,75" de latitude sul e 53° 02' 50,59" de longitude oeste (FOZ DO CHAPECÓ, 2008).

Figura 4 - Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó



Fonte: FOZ DO CHAPECÓ, 2008.

A UHE Foz do Chapecó foi instalada na região do Alto Uruguai, entre o Oeste Catarinense e o Planalto Norte Gaúcho. É uma usina de grande porte, construída no Rio Uruguai entre Municípios de Águas de Chapecó e Alpestre, Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O empreendimento atingiu os seguintes municípios catarinenses: Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Guatambu, Chapecó, Paial e Itá. E no Estado do Rio Grande do Sul, foram atingidos: Alpestre, Rio dos Índios, Nonoai, Faxinalzinho, Erval Grande, Itatiba do Sul e Barra do Rio Azul (BARON, 2012, p.51).

De acordo com Baron (2012) a UHE Foz do Chapecó foi o primeiro empreendimento financiado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC):

A usina era um dos empreendimentos previstos no estudo realizado pela CANAMBRA nos anos 70 (BOAMAR, 2003; SANTOS, 2001), a ser iniciado em novembro de 2001, mas postergado, de modo que a renovação aconteceu em agosto de 2007. A usina foi o primeiro empreendimento construído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com investimentos de 2,2 bilhões de reais, dos quais 1,6 bilhões de reais foram financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) (BARON, 2012,p.53).

Sendo afetadas 1720 propriedades ao todo, sendo 867 propriedades em Santa Catarina (50,4 % do total) e 853 propriedades no Rio Grande do Sul. (49,6% do total). Foram atingidos diretamente os núcleos populacionais de Núcleo Porto Mauá (Itatiba do Sul/RS), o Núcleo Porto Goio-ên (Chapecó/SC) e o Núcleo Volta Grande (Caxambu do Sul/SC). Os municípios mais afetados (com relação ao número de propriedades atingidas) são Chapecó, Alpestre, Caxambu do Sul, Rio dos Índios e Paial, em ordem decrescente (ROCHA, 2012, p71).

## 5 COM A PALAVRA AS MULHERES ATINGIDAS PELA BARRAGEM FOZ DO CHAPECÓ

Este tópico busca em suas duas primeiras sessões caracterizar as mulheres entrevistadas e compreender as mudanças que ocorreram em suas vidas após o reassentamento, e na vida de quem optou em se deslocar para lotes urbanos da região. Em um segundo momento busca-se reconhecer as especificidades destas mesmas mulheres com as categorias que formam o campesinato.

### 5.1 QUEM SÃO AS MULHERES ENTREVISTADAS

A pesquisa de campo nos levou a 8 mulheres atingidas pela barragem Foz do Chapecó, destas, 5 residem na Comunidade rural “Mãe Terra”, localizada na cidade de Mangueirinha, no estado do Paraná. As outras três em áreas urbanas dos municípios de Caxambu do Sul, Chapecó e Planalto Alegre, no estado de Santa Catarina. O quadro permite observar a idade, o local de origem e a localização atual das 8 mulheres entrevistadas.

Quadro 1 – Idade, local de origem e localização atual das mulheres entrevistadas

Identificação	Idade	Local de origem (antes de atingidas pela Foz do Chapecó)	Localização atual
Jasmim	58 anos	Goio-ên-Chapecó	Mangueirinha(PR)
Rosa	60 anos	Linha Saltinho do Uruguaí-Águas de Chapecó(SC)	Mangueirinha(PR)
Violeta	63 anos	Linha Volta Grande-Caxambu do Sul(SC)	Mangueirinha(PR)
Dália	37 anos	Linha Saltinho do Uruguaí-Águas de Chapecó(SC)	Mangueirinha(PR)
Melissa	56 anos	Linha Volta Grande-Caxambu do Sul(SC)	Mangueirinha(PR)
Margarida	58 anos	Linha Lajeado Bonito-Caxambu do Sul(SC)	Bairro Efapi Chapecó(SC)]
Orquídea	66 anos	Linha Lajeado Bonito-Caxambu do Sul(SC)	Centro de Caxambu do Sul(SC)

Açucena	62 anos	Linha Lajeado Bonito-Caxambu do Sul(SC)	Centro de Planalto Alegre(SC)
---------	---------	---	-------------------------------

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2021

Um fator que chamou atenção foi a média de idade das mulheres entrevistadas, mesmo que não tenha se utilizado do critério idade para a seleção, observou-se que dentre as 8 participantes, apenas Dália declarou ter 37 anos, as demais, declararam ter mais de 50 anos.

Em relação às cinco mulheres entrevistadas que residem atualmente na comunidade rural do Paraná, quando da organização do grupo de famílias que iriam para o Reassentamento Rural Coletivo (RRC)<sup>1</sup>, foi criada uma associação denominada “Mãe Terra”, através da qual os próprios atingidos, com a assessoria do MAB, se dispuseram a gerenciar os recursos disponibilizados pelo empreendedor para a instalação das propriedades. Depois, o nome da organização deu nome à comunidade de reassentados.

## Imagem 2 – Salão comunitário da comunidade Mãe Terra

---

<sup>1</sup> O Reassentamento Rural Coletivo (RRC) é uma modalidade de indenização, este é destinado a grupos a partir de vinte famílias, compreendendo áreas com infraestruturas coletivas (centro comunitário, templo ecumênico e escola) e lotes rurais individuais (residência e benfeitoria de apoio) com tamanhos que podem variar com a avaliação das propriedades atingidas(ROCHA, 2012,p.265).



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2021

As entrevistadas Dália e Rosa residiam na comunidade Linha Saltinho do Uruguai, no município de Águas de Chapecó, antes da implementação da Foz do Chapecó. As entrevistadas Violeta e Melissa moravam no município de Caxambu do Sul, Linha Volta Grande, e Jasmim no Goio-ên, município de Chapecó. Todas relatam o trabalho com a terra (agricultura familiar), a produção para o autoconsumo, com exceção, de uma mulher, que vendia parte da produção, aquela parte que era excedente.

Identificou-se, através do relato das mulheres reassentadas no Paraná, que todas as famílias que optaram pelo Reassentamento Rural Coletivo (RRC) tinham pouca terra antes do Reassentamento, como nos relata 5 das 8 entrevistadas. Esta informação se confirma no quadro 2.

#### Quadro 2 – Perfil das famílias que optaram pelo Reassentamento Rural coletivo (RRC)

Relato 1: Jasmim	“A gente plantava, lá no Goio-ên, mas, na verdade, aonde nós morávamos era pouca terra, daí a gente plantava na terra do meu pai e um pouco na terra do pai dele, para conseguir sobreviver.”
Relato 2: Rosa	“Nós plantávamos fumo, milho e feijão. O milho e feijão “era só pro

	gasto” e o fumo pra vender [...] Só que nós tínhamos pouca terra, daí arrendava terra dos outros, quando estava limpa a terra, eles tomavam de volta da gente.”
Relato 3: Violeta	“Boa parte do que era consumido pela família era produzido ali na propriedade. A gente arrendava terra, por que a que tínhamos não era suficiente para viver.”
Relato 4: Dália	“Eu trabalhava na roça, plantava fumo, milho e feijão. O pai e a mãe arrendavam terra e a gente ajudava trabalhar.”
Relato 5: Melissa	“A nossa vida era muito sofrida lá, nós trabalhava de arrendatário, tinha que trabalhar, a única forma de ter um pedaço de terra, era arrendando de um Schneider, a gente também trabalhava em cima da ilha (Ilha da Linha Volta Grande-Caxambu do Sul), criava uns bichinhos, o dono da ilha deixava nos criar uns bichinhos lá.”

Fonte: Quadro produzido pela autora, 2021

Os relatos das mulheres agricultoras entrevistadas evidenciaram que as famílias atingidas que “optaram”<sup>2</sup> pelo Reassentamento Rural Coletivo não tinham acesso à terra ou tinham um acesso muito limitado. Para muitos(as), o Reassentamento representou a conquista de um sonho, só que junto a esse sonho veio outros desafios.

Em relação às outras três mulheres entrevistadas, Margarida atualmente residente no Bairro Efapi, na cidade de Chapecó(SC), Orquídea reside no centro da cidade de Caxambu do Sul (SC) e Açucena no centro da cidade de Planalto Alegre (SC). Essas mulheres foram morar no urbano depois de atingidas pela Foz do Chapecó. Antes de serem remanejadas apresentavam características comuns às reassentadas em Mangueirinha, no que tange o modo de produção, a agricultura de caráter familiar, produção para o autoconsumo e o difícil acesso à terra, estando muitas vezes na condição meeiro ou arrendatário. A família de Margarida e Açucena optou pela carta de crédito e a família de Orquídea pelo pagamento em dinheiro, tanto a carta de crédito, quanto o pagamento em dinheiro eram bem inferiores se comparados ao Reassentamento Rural Coletivo (RRC), como veremos a seguir.

## 5.2 “SEJA LÁ O QUE DEUS QUISER, EU VOU PRA LÁ”: ENTRE O MEDO E A ESPERANÇA

<sup>2</sup> Optar aparece entre as aspas no corpo do texto, isso por quê os atingidos não optavam de fato pelo deslocamento que lhes era imposto.

No Brasil, segundo Ramos(2012), as barragens já expulsaram mais de um milhão de pessoas de suas casas e terras, sendo a maioria sem nenhum tipo de indenização. De acordo com Relatórios de Direitos Humanos o padrão vigente de implantação de barragens no Brasil tem propiciado, de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, principalmente na vida das mulheres, invisibilizadas nesse processo.

A notícia de ser atingido pela implementação de barragens gera diferentes reações e sentimentos entre homens e mulheres. A pesquisa a campo possibilitou identificar que os responsáveis por falar com as famílias, sobre a construção da Foz do Chapecó, oscilou entre representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens e os representantes do Consórcio Volta Grande, sendo o MAB, principal porta-voz. Apenas uma mulher, dentre as entrevistas, sinalizou ter sido informada pelo Consórcio Volta Grande.

De acordo com Rocha (2012), a constituição dos espaços de negociação, Se deu algumas entidades, o MAB optou por devido a suas ideologias se absteve. Tomaremos como exemplo o Fórum Representativo para Negociação (frn), formado pelo consórcio, pelos comitês municipais de negociação (cmn) e pela Associação Mista dos Atingidos pela Barragem da Foz do Chapecó (Amista). O mab, como projeto democrático-participativo, recusou-se a participar dessa instância por entender que a disparidade de condições em relação ao projeto contrário, neoliberal, serviria apenas para endossar decisões tomadas à revelia do movimento social. Nesse caso, o que permanece é o fato de que um espaço de negociação formado por iniciativa do propositor da obra, mesmo com a mediação de associações como a Amista e em conformação com comitês municipais também constituídos pela mesma iniciativa, tende a homologar decisões condizentes com os interesses do consórcio, o que ajuda na compreensão pela opção de remanejamento por carta de crédito.

O medo, a incerteza e a pressão para sair da terra estiveram presentes durante todo o processo de desapropriação. A senhora Violeta, reassentada em Mangueirinha, Estado do Paraná, relata que: “Quando eu soube que teria que sair da minha terra eu só chorava, eu não queria vir pra cá”. Para a também moradora de Mangueirinha, Dália, o fato de não saber para aonde ir era angustiante.

A gente ficava naquela expectativa, né, não sabia o que ia acontecer lá na frente, porque até tu ficar sabendo certo o que seria da gente, a gente fica angustiada, sabia que não era fácil, porque a gente ia ter que mudar de lugar, nem sabia certo pra onde, foi anos de incertezas.



Após o anúncio da construção da Foz do Chapecó, inicia-se o processo de indenização. Em Violeta esse processo teve como primeiro impacto a difícil aceitação do deslocamento:

Na verdade, eu não queria vir pra cá, porque eu achava muito longe, eu preferia, eu queria era ser reassentada mais perto, mas como não tinha outra opção, a única alternativa era aqui, era só essa opção pra gente. Era pegar ou largar né, ou pegar o reassentamento ou a carta de crédito, daí não tem nem comparação, optamos pelo reassentamento.

Existia toda uma pressão por parte da empresa para que o atingido aderisse à carta de crédito, por que esta trazia mais vantagem para o empreendedor. Como destaca Jasmim:

Eu tava sempre preocupada, né, nós ficaríamos isolado lá, se não ganhava, né, porque nós fomos os últimos a sair de lá [...] Batemos o pé! Dissemos que não sairia de lá sem ter nossos direitos reconhecidos. Eles vinham na nossa casa e ofereciam a carta de crédito, se nós quisesse era pra assinar e pronto, mas não queria, nós queria o reassentamento. Daí, ficamos, ficamos, eles se obrigaram a reconhecer nossos direitos.

De acordo com Rocha (2012) o acordado no caso da UHE Foz do Chapecó repete em boa parte o que ocorreu na bacia hidrográfica do rio Uruguai nas hidrelétricas anteriores (Itá, Machadinho, Barra Grande, Campos Novos) no que diz respeito às formas de remanejamento populacional. Nesses termos, o remanejamento populacional poderia acontecer de duas maneiras:

1) Por indenização em dinheiro ou 2) Por reassentamento. A indenização em dinheiro prevê que o consórcio adquira de forma total ou parcial os bens imóveis atingidos ou inviabilizados pela hidrelétrica ou de seu interesse. Essa aquisição se dá mediante pagamento em dinheiro aos atingidos com base na avaliação prevista no termo de acordo firmado entre as partes, cabendo a cada atingido a providência da área de destino e ao consórcio as despesas com a mudança. Já o reassentamento consiste no remanejamento dos atingidos para propriedades preestabelecidas, e desdobra-se em quatro submodalidades (ROCHA, 2012, p. 264).

Rocha (2012) define as quatro submodalidades:

Quadro 3 – Submodalidades de reassentamento

O Reassentamento Rural Coletivo (RRC)	O Reassentamento Rural Coletivo é destinado a grupos a partir de vinte famílias, compreendendo áreas com infraestruturas coletivas (centro comunitário, templo ecumênico e escola) e lotes rurais individuais (residência e benfeitoria de apoio) com
---------------------------------------	---

	tamanhos que podem variar com a avaliação das propriedades atingidas. Com a chegada das famílias nos lotes, é prevista a assistência técnica pelo prazo de cinco anos e assistência social por um ano, garantidas aos reassentados pelo consórcio.
O Pequeno Reassentamento (PR)	O Pequeno Reassentamento é composto por no mínimo cinco lotes individuais idênticos aos do RRC, porém, sem a infraestrutura comunitária. As demais características da opção (edificações, assistência técnica, social e ressarcimento) são idênticas às da submodalidade anterior.
O Autorreassentamento (AR) ou carta de crédito (CC)	O Autorreassentamento (AR) ou carta de crédito (CC) torna os atingidos responsáveis pela apresentação de uma área rural ou urbana que, mediante anuência do consórcio, poderá ser adquirida através de carta de crédito. Nela, é prevista a assistência técnica e social apenas uma vez, no ato da ocupação da nova propriedade. As demais características são idênticas às das espécies anteriores.
O Reassentamento em Áreas Remanescentes (RAR)	O Reassentamento em Áreas Remanescentes (RAR) compreende a formação de novas propriedades conforme a soma de propriedades parcialmente inviabilizadas pela hidrelétrica. Nessas novas propriedades, poderão ser reassentadas novas unidades familiares ou ainda ocorrer permutas entre proprietários lindeiros para a formação de um novo lote em favor de um remanescente. A assistência técnica e social será igual à da carta de crédito, enquanto as demais características são comuns a todos os tipos de reassentamento.

Fonte: Rocha, 2012

O tipo de reassentamento adotado em Mangueirinha, local onde foram realizadas cinco das entrevistas analisadas nesse trabalho, é o Reassentamento Rural Coletivo (RRC). Rocha (2012) salienta que o tamanho do lote era medido de acordo com a força de trabalho familiar. Apontado o tamanho do lote, calculam-se as características da residência e do galpão (benfeitoria de apoio) correspondentes à propriedade, sendo que é previsto uma residência mista (alvenaria e madeira), com sala, cozinha, banheiro, área de serviço e avarandado, enquanto o galpão consta de área livre coberta, vazada, com piso de terra batida, com pilares e telhado, para usos múltiplos. As benfeitorias da propriedade eram calculadas de acordo com o número de membros da família.

Segundo Rocha (2012), houve mudanças nos parâmetros de instalação do Reassentamento Rural Coletivo (RRC) em relação ao previsto no Termo de Acordo com o

empreendedor, o que foi verificado em todos os lotes do Reassentamento Rural Coletivo (RRC). O fato de a associação comprar o material de construção em maior quantidade possibilitou um poder de barganha que ocasionou a redução dos preços do material de construção e da mão de obra (já que os próprios remanejados trabalharam como serventes de obra), o que explica o aumento do tamanho das casas em relação ao previsto no Termo de Acordo.

Imagem 3 – Lote com casa e galpão no RRC Mangueirinha-PR



Fonte: Rocha (2012)

Pelo acordo feito entre empregador e reassentados, após realizadas as benfeitorias o empregador teria que prestar assistências ao reassentado como: “visita de técnicos agropecuários e engenheiros agrônomos pelo prazo de 5 anos, além de assistência social através de visitas de sociólogos e assistente social no prazo de 1 ano.” (Rocha, 2012, p.152)

De acordo com Rocha (2012), o Reassentamento Rural Coletivo foi o mais vantajoso para os atingidos. Enquanto a Carta de Crédito, embora dê uma liberdade maior para escolher a nova propriedade, oferece um valor muito baixo, muito menor do que o valor real da terra na maioria dos casos, para o empreendedor essa era a forma de indenização mais vantajosa e rápida. Já a modalidade de Remanejamento em Áreas Remanescentes (RAR) mostrou-se eficiente e bem aceita entre os atingidos. Embora não apresente os mesmos ganhos

econômicos do Reassentamento Rural Coletivo (RRC), esta mantém o atingido na região e possibilita um eventual ganho patrimonial de acordo com a “condição do atingido”.

O conflito social que perpassa todo o processo de instalação de uma hidrelétrica se evidencia no momento das negociações do remanejamento populacional. O não repasse de informações claras sobre o processo de indenização, já que ninguém precisa saber com clareza como e nem quando seriam feitas as indenizações e nem quais eram os critérios utilizados, deixava muitos atingidos inquietos levando-os a se aproximar do MAB, que foi rapidamente se fortificando, como destaca Dália: “A gente sempre foi do lado do Movimento, nunca da empresa, a gente já sabia que eles [referindo-se à empresa] são um bando de mentiroso pra enganar o povo”.

Os relatos das mulheres entrevistadas demonstram os sentimentos de angústia, incertezas e medos frente a eminente mudança. Mas, por outro lado, havia uma esperança de que dias melhores viessem, nesse contexto Violeta traz a frase “Que seja lá o que Deus quiser, eu vou pra lá”.

### 5.3 A LÓGICA CAMPONESA NA VIDA DAS MULHERES ENTREVISTADAS

Este item tem como objetivo trazer como as mulheres entrevistadas dialogam com algumas categorias do campesinato, com destaque para a família, a terra e o trabalho.

Os impactos que decorrem da formação do reservatório têm um reflexo muito maior do que a área diretamente inundada, pois atinge a comunidade local e regional e não somente a questão econômica, envolve também valores culturais, sentimentais, simbólicos, entre outros.

As comunidades ribeirinhas da UHE Foz do Chapecó, como salienta Baron (2015), se caracterizam pelo padrão cultural camponês, que contém traços particulares em relação ao restante da sociedade. No caso de um deslocamento forçoso, é fundamental conhecer esse sistema de valores para se avaliar as possibilidades de readaptação nos novos e velhos espaços. As comunidades ribeirinhas do Rio Uruguai tradicionalmente mantêm algumas características socioculturais e econômicas semelhantes às populações conhecidas como populações tradicionais (BARON, 2015,p.94).

Sendo estes produtores independentes, estando envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato, baseando em recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos

alimentares etc. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. A conservação dos recursos naturais é parte importante de sua cultura, uma ideia expressa no Brasil pela palavra “respeito” que se aplica não somente à natureza, mas também a outros membros da comunidade (DIEGUES, 1988, p.142).

Nesse sentido, se destacam nas falas das mulheres agricultoras atingidas o sentimento em deixar a comunidade a qual pertenciam anteriormente, as relações de amizade, a participação na comunidade, os parentes de sangue. Jasmim relata:

Entrevistadora: Como era o seu cotidiano lá na comunidade antes da implementação da barragem, lá no Goio-Ên? Vocês participavam da comunidade? De que forma vocês participavam? Se envolviam com as atividades?

Jasmim: Participava sempre da diretoria, ajudando nos trabalhos, na igreja, quando tinha festa, em tudo a gente participava e ajudava.

Entrevistadora: Qual era a relação com a Vizinhança?

Jasmim: Boa, graças a Deus sempre me dei bem com tudo mundo. Se algum precisasse de alguma coisa, todo mundo ajudava, depois tinha pessoas que desde que a gente nasceu se conhecia, era conhecido de sempre né. Lá tinha os compadres, tinha os irmão, minha família, ficou tudo pra lá. Os que estavam, que moravam ali por perto, tinha vários irmãos meus e dele também. Ele também sofreu muito. Deixar os amigos, nossa amada comunidade foi o mais sofrido né, porque até a gente se adaptar aqui. Porque queira ou não queira, foi mais da metade da vida da gente, que vivemos lá, da 40 e poucos anos. E daí a gente chega aqui e é todo mundo estranho, acho que tinha só umas duas famílias que a gente conhecia né, porque veio famílias de vários municípios.

Com o deslocamento o sentimento de ajudar, se sentir parte foi comprometido. As amizades, parentes, tudo deixado para trás. No novo lar, recomeçar, reconstruir esses laços sociais de confiança, pode demorar ou nunca mais acontecer. Baron (2015) destaca que para serem reconstruídos esses laços podem demorar décadas, para as pessoas de mais idade a reabilitação em alguns casos não é mais possível, pois o tempo de vida que resta não permite.

Já foi destacado anteriormente que as mulheres entrevistadas apresentam uma faixa etária acima dos 50 anos, com uma exceção. Esse fato nos traz dois possíveis entendimentos, sobre as reassentadas em Mangueirinha: 1) Que somente foi indenizada a pessoa, cuja qual tinha a terra em seu nome, geralmente o homem/pai, que já tem uma certa idade, 2) Os jovens que foram indenizados não permaneceram no local, vendendo suas terras.

Tivemos contato com várias situações familiares durante o campo da pesquisa, relataremos aqui três casos ocorridos com as famílias reassentadas em Mangueirinha. Para uma melhor compreensão serão utilizadas as nomenclaturas: família A, família B e família C.

A família A é de Violeta, moradora de Mangueirinha, 63 anos de idade, cuja família é originária do Goio-ên-Chapecó. Atingidos parcialmente pela Foz do Chapecó, a área remanescente não foi suficiente para que a família permanecesse no local, como era de vontade da entrevistada, mãe de 3 filhos, que teve apenas um filho indenizado, como ressalta:

Entrevistadora: A senhora relata que 3 filhos moravam com vocês (o casal), quem na família foi considerado atingido?

Violeta: Eu fiquei muito sentida, que só um filho meu foi considerado atingido. De tanto que exigimos eles ganhou três hectares de terra, aqui em baixo. Teve pessoas aqui que conseguiram indenizar os filhos, os filhos que ganharam agora venderam tudo e foram embora e eu garanto que se os meus tivessem ganhado, estavam aqui até hoje.

Entrevistadora: Os outros filhos queriam permanecer na agricultura?

Violeta: Sim, eles não foram considerados no processo de indenização, a Foz não reconheceu o direito deles, né, eles estudaram, completaram tudo as aulas lá em Águas de Chapecó. Mas sempre trabalharam na agricultura, com a gente. Hoje a família é dividida.

Dois dos filhos de Violeta ficaram em Águas de Chapecó. A atingida hoje luta contra a depressão e atribui a falta dos filhos como uma das possíveis causas da doença. “Hoje tomo remédio pra depressão, depois que começou essa bendita pandemia, os meus filhos não conseguiram mais vir pra cá, antes vinham de duas a três vezes por ano.”

Família B, trataremos agora da família de duas entrevistadas, Dália moradora de Mangueirinha, 37 anos, filha de Rosa também moradora de Mangueirinha, 60 anos, originárias da Linha Saltinho do Uruguai, Águas de Chapecó. Ambas foram indenizadas, ganhando um lote de terra com benfeitorias, como todas as famílias reassentadas de Mangueirinha. Além da filha Dália outra filha do casal também ganhou um lote de terra. Relata Rosa que o marido teve dificuldade em se adaptar ao local e vendeu a terra que era tida como do casal, “nós viemos ali, se colocamos muito bem ali, mas o marido pegou e vendeu a terra e voltamos para Águas de Chapecó. Eu não consegui ficar longe da minha filha, e voltei pra Mangueirinha, faz uns 4 anos que isso aconteceu.” Hoje Rosa mora com a filha, o genro e o neto.

Dona Rosa também foi diagnosticada com depressão. A filha acredita que a desestruturação da família tenha sido o principal motivo para o desenvolvimento da doença, “minha mãe, depois que o pai vendeu a terra ficou muito entristecida, tento não falar muito nesse assunto, tento falar de coisas alegres, pra gente contornar a depressão né.”

Família C é a de Dona Melissa, 62 anos, original de Caxambu do Sul, o casal e 2 de seus 5 filhos, que já haviam constituído família e moravam com o casal, foram indenizados.

Depois de 5 anos um dos filhos resolveu vender a terra e voltar para Caxambu do Sul, meses mais tarde o outro filho, vendeu a terra e voltou também. Dona Melissa e o marido ficaram sozinhos em Mangueirinha e decidiram voltar para Caxambu do Sul, e ficar junto dos filhos. Todos voltaram para as margens do lago na Linha Volta Grande, Caxambu do Sul.

Segundo Baron (2015), quando ocorre o deslocamento desses agricultores, eles não se dão conta de que o saber que haviam construído sobre um certo território (com seu habitus, ecossistemas) nem sempre se aplica a outros lugares, sem contar que se deparam com outras formas de perceber as coisas, ou seja, outros saberes. Pode-se observar que esses são fatores que levam muitas pessoas a retornarem às margens do lago após a sua migração forçada. Melissa comenta os motivos que a fizeram voltar para Caxambu do Sul:

Com a barragem a gente foi indenizado, pra pegar reassentamento, pegamos lá em Mangueirinha, né. Mas nós dois sempre doente, de tanto trabalhar, lutava com vaca de leite e na roça, a gente não aguentava mais, nem aqui, tem dias que a gente não consegue nem fazer o serviço de dentro de casa. Daí voltamos pra cá, compramos aqui e ficamos mais perto dos filhos.

Dentre as mulheres agricultoras que se mudaram para os núcleos urbanos, também encontramos situações em que após a implementação da barragem os filhos migraram para as cidades mais próximas, principalmente Chapecó. Para Margarida, os filhos não queriam sair da terra onde viviam:

Os meus filhos ficaram desanimados quando souberam que teriam que sair de lá, porque eles adoravam plantar fumo. O meu filho mais velho logo saiu: arrumou um serviço no município que nós morava, Caxambu do Sul, e ele começou a trabalhar nas granjas e, o filho mais novo arrumou um emprego aqui na Aurora e veio para Chapecó e nós viemos mais tarde. Hoje meu mais velho está em Caxambu e nós aqui.

Observa-se que a categoria família foi bastante impactada pela construção da Foz do Chapecó. O esfacelamento dos grupos familiares foi recorrente, atingindo as famílias reassentadas e as que permaneceram na região. As mulheres são as mais afetadas com esse processo, por não serem ouvidas na maioria das situações, como destaca Rosa, Quando o marido decide vender a terra do casal, por ser a pessoa que cuida dos filhos, tem maior dificuldade em superar a dor da distância e da saudade, desenvolvendo problemas de saúde, como a depressão, diagnosticada nos relatos anteriores.

Outra categoria importante de ser analisada na lógica do campesinato é a da terra. No Brasil, o Censo Agropecuário de 2010 indicou que dos “4.367.902 estabelecimentos da

agricultura familiar pouco mais de 600 mil estabelecimentos familiares (13,7%) eram dirigidos por mulheres, enquanto na agricultura não familiar essa participação não chegava a 7%”, segundo o IBGE (NOBRE, 2012, p. 43).

Segundo Anita Brumer e Gabriele dos Anjos (2010), em 2001 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) fez algumas mudanças nas normas de seleção de beneficiários pela reforma agrária para melhorar o acesso das mulheres à terra, alterando alguns dos seus procedimentos administrativos para uma perspectiva de igualdade de gênero (Resolução de nº6 de 22 de fevereiro de 2001). Para as autoras, essa mudança reflete o reconhecimento de que o acesso à terra e à titulação conjunta são mecanismos importantes para que as mulheres tenham maior acesso à terra. Todavia, chamaram a atenção para que a política de redistribuição de terra seja acompanhada por outras, que garantam às mulheres renda. Em 2003, foram também implantadas outras ações voltadas para minimizar a exclusão social das mulheres do campo, como efetivar os direitos à propriedade da terra, ampliar e qualificar o acesso ao crédito, fortalecer a participação das mulheres nos espaços de decisão e sua capacidade de gestão.

A conquista da titulação conjunta se tornou um importante meio pelo qual a mulher tem obtido acesso à posse da terra. A partir dos estudos em países da América Latina, Deere e Leon (2002) defenderam que a titulação conjunta de terras implica maiores conquistas para as mulheres, de modo que, em números, é a forma de acesso à terra que mais tem beneficiado as mulheres. Torna-se ainda importante chamar a atenção para o fato de que os principais direitos de propriedade da terra para as mulheres no Brasil são consequência da participação das trabalhadoras rurais em organizações sindicais, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Ao questionar em nome de quem estava a nova propriedade, as 9 mulheres entrevistadas observaram que estava em nome do casal. Este é um fator positivo se observarmos no ponto de vista normativo, porém, ao longo das entrevistas, foi possível observar que o fato das terras estarem no nome do casal não garante a igualdade entre o casal. Fator este que se fez presente em falas como: “Aqui quem administra é meu genro”, “A terra está no nome dos dois, mas devido aos meus problemas de saúde quem administra é meu marido”, “O filho e o marido ficam a frente de tudo” etc.

Dentre as diversas dimensões do mundo do trabalho, elementos que alicerçam a base social da situação das mulheres, atualmente, as dimensões da divisão sexual do trabalho, da vulnerabilidade social e econômica e a precarização das atividades desempenhadas pelas



mulheres são pontos fundamentais para melhor compreender a realidade das mulheres camponesas.

As mulheres que compõem essa pesquisa, como já mencionado anteriormente, além da lida na roça, produziam no quintal da casa para o consumo da família. Em seus estudos no oeste catarinense Dorigon *et al.* (2020) aponta que a produção para o autoconsumo é tida como atividade típica das mulheres e denominada de produção de “miudezas”, considerada de pouca relevância econômica quando comparada às atividades de importância comercial, como a avicultura industrial, a suinocultura e a produção de leite e de grãos.

Questionadas sobre a produção para o autoconsumo, as mulheres que moram no reassentamento rural em Mangueirinha declaram que o que produziam anteriormente não se difere do que produzem hoje. Evidenciam-se os relatos “A gente lidava com o leite lá, quando chegamos aqui já compramos umas vaquinhas de leite, a gente vende o leite, dá pra dar o giro mensal com dinheiro do leite, de miudeza a gente planta de tudo, como lá em Caxambu”, “Lá nós produzia de tudo, ovo, queijo, salada, mandioca, tinha a galinha, os porquinhos e aqui também, quem vive na agricultura tem que ter né”, “A gente plantava tudo o que podia lá, aqui também tenho minhas coisas, a gente só compra no mercado o grosso”. Essas e outras falas se destacam na produção para o autoconsumo, o reassentamento, permanecer na terra possibilitou que as mulheres agricultoras continuassem a produzir para o autoconsumo, conseguindo manter um produto de procedência segura na mesa de sua família.

Com relação ao trabalho na lavoura, com o marido, podemos identificar algumas mudanças como traz Violeta: “A gente planta, mais da metade da terra é plantada, mas como nossa terra é plana, é tudo feito com o maquinário, da associação de moradores, o piá ajuda o marido, eu cuido mais de roda da casa” (produção para o autoconsumo). Essa é uma mudança, quando comparada ao passado, em que Violeta tinha uma participação maior no trabalho braçal, da propriedade: “Lá tu tinha que trabalhar a semana inteira pra vencer fazer o serviço da roça, era muita inçada, a terra tinha muito inço.”

Observa-se que a nova terra diminuiu o trabalho braçal, manual, característico dos agricultores familiares do oeste catarinense, dando lugar às máquinas que passam a fazer parte da vida das famílias. Maquinário comprado em conjunto, com recursos vindo do empreendedor, e economizados no momento da construção das casas, em que atingidos atuaram como ajudantes da construção.

Outro fato, que foi unânime na fala das mulheres entrevistadas, é a melhora da vida financeira depois de ir para o Reassentamento Coletivo Rural (CCR). Geralmente depois de relatarem quadros de doença devido ao remanejamento, a saudade de filhos que ficaram,

parentes, amigos da comunidade que ajudaram a construir, falam da questão financeira, como apresenta o Quadro 6.

Quadro 4 – Relatos sobre a melhora financeira das famílias atingidas

Relato 1: Jasmim	“Aqui a gente ficou melhor em partes materiais, financeiramente, aqui a gente tem mais coisas.”
Relato 2: Rosa	“Nós viemos ali, se colocamo muito bem ali.”
Relato 3: Violeta	“Melhorou, aqui temos mais vaca, como que eu vou dizer, mais coisas, mais terra, em termo de viver né, mas assim deu impacto porque a gente tinha bastante amizade e é uma coisa e aqui é outra.”
Relato 4: Dália	“A vida mudou cem por cento, né, lá era tudo braçal, aqui o que a gente mexe com leite, né. Temos uma vida digna, lá a gente não passou fome, mas quase.”
Relato 5: Melissa	“A gente estava muito bem lá, mas estávamos muito velhos pra tocar tudo sozinhos.”

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2021

O quadro acima, evidência através dos relatos das reassentadas, que a situação financeira da família melhorou após o Reassentamento Rural Coletivo(RRC).

As mulheres agricultoras atingidas que moram em áreas urbanas, Margarida, Orquídea e Açucena, dizem continuar com suas hortas mesmo em meio urbano, lá plantam legumes, hortaliças e chás. Mas afirmam que a maior parte da alimentação da família vem dos supermercados. Margarida lembra: “Antes se comprava muita pouca coisa, era plantado tudo, desde batata, repolho, criava galinha, gado, porco até pato nós tinha, aqui é mais do mercado, só salada e uns pé de fruta tem na hortinha.” Elas tentam, no pequeno lote, ter algumas frutas e horta, mas perdem a predominância da alimentação orgânica que se tinha. Para Dorigon *et al.* (2020) a produção para o autoconsumo representa uma forma de resistência:

A produção para o autoconsumo pode ser vista como uma forma de enfrentar a exclusão de parcela significativa dos agricultores familiares da região pelo grande mercado agroalimentar, especialmente na suinocultura e avicultura industrial, resultado do aumento da escala e concentração da produção, pois o autoconsumo gera autonomia, cria oportunidades para a inserção em circuitos curtos de comercialização e contribui para a segurança alimentar e nutricional das famílias de agricultores (DORIGON *et al.* 2020, p.11).

Com a impossibilidade de permanecer com as práticas que se tinha enquanto agricultores familiares, as famílias que migram para os centros urbanos perdem parte de sua autonomia. Quanto ao trabalho, das 3 mulheres, Orquídea e Açucena já estavam aposentadas quando se deslocaram, não se integrando ao mercado de trabalho urbano. Margarida, que na época tinha 40 anos, foi trabalhar na agroindústria, especificamente, com a produção de carne de aves, como destaca:

Ah, mudou, minha vida mudou, logo que vim para cá eu fui trabalhar na indústria, fui trabalhar na Sadia, 8 anos e 7 meses, todos esses anos só na faca. Por isso que meus braços estão tudo arreventado, os tendões do braço tudo estourado, ficava de pé direto, com os braços erguidos cortando carne, ficava 2, 3 horas, o braço para cima só cortando, não tinha como abaixar o braço, né. Oito anos e 7 meses.

Reconhece-se que a causa dos problemas de saúde no braço foi em decorrência do trabalho compulsório desenvolvido na agroindústria, mas tudo fica amenizado quando se recorda da situação financeira da família que melhorou depois que ela, o marido e o filho passaram a trabalhar na agroindústria. “Só que a gente tá melhor aqui, lá tinha uma casinha velha. Hoje financiamos nossa casa, eu me encostei por causa do braço, e com o que a gente ganha, a gente vive bem.”

## 6 O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS E AS MULHERES ATINGIDAS PELA DE FOZ DO CHAPECÓ

**“Militante, ela tem dificuldade em se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes.”**

*Michelle Perrot, 1988.*

Este tópico divide-se em duas subseções, o primeiro traz parte da história dos movimentos sociais no oeste de Santa Catarina e o surgimento do MAB. Após discorre-se sobre a atuação das mulheres agricultoras atingidas pela barragem neste movimento.

### 6.1 HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA REGIÃO OESTE CATARINENSE E O MAB

De acordo com Gaspareto, Badalotti e Poli (2018), os movimentos sociais populares do campo no oeste catarinense surgem em meados da década de 1970, e apresentam particularidades para compreendermos as dinâmicas regionais em vários aspectos. Surgem como decorrência das mudanças conjunturais e estruturais impostas pelo regime militar, pela modernização da agricultura e constituição de processo de redemocratização.

A Teologia da Libertação foi uma ideologia fundante dos Movimentos camponeses no Oeste Catarinense. Essa região ligada à pequena produção agrícola, vinculada à atividade de agricultores imigrantes vindos do Rio Grande do Sul no século XX e que, em decorrência do processo de modernização, a partir de 1970, tiveram seu modo de vida camponês desestruturado.

No Brasil e em parte da América latina, movimentos populares e urbanos se articularam em oposição ao regime militar, tendo como base a Teologia da Libertação como salienta Gutiérrez (1981):

A teologia da libertação, nesse contexto, se constitui na principal contribuição para a formação dos movimentos sociais populares, orientados por um conjunto de ideias e de uma práxis de transformação da realidade latino-americana no que se refere: solidariedade da igreja; ataque às injustiças e violências institucionalizadas; prática de uma educação libertadora; adoção do rumo ao socialismo e deflagração de um processo de libertação (GUTIÉRREZ, 1981, p.54).

Esse processo culminou na constituição de movimentos sociais específicos, protagonizados por esses pequenos agricultores familiares. Esses movimentos, emergidos a partir da crise causada pela modernização da agricultura, teve o importante apoio da igreja católica, na Diocese de Chapecó desempenhada no papel do Bispo Dom José Gomes.

A mobilização de agricultores familiares em relação à problemática da instalação de hidrelétricas, no vale do Rio Uruguai, teve início no contexto da redemocratização, no final da década de 1970. A reação das populações atingidas por estes projetos já havia ocorrido em relação à instalação da hidrelétrica de Itaipu (SCHERER-WARREN; REIS, 2019, p. 2).

De acordo com Scherer-Warren e Reis (2019), com a instalação de 25 hidrelétricas (UHEs) no vale do Rio Uruguai, cuja proposta ficou popularmente conhecida como “Projeto Uruguai”, a situação não foi diferente. A forte reação de uma parcela significativa dos futuros “atingidos” por este Projeto se antecipou, ao contrário de Itaipu, em relação ao início das obras, através de sua organização e mobilização, inaugurando um verdadeiro “campo de conflitos” entre os diferentes atores envolvidos.

A denominação Movimento dos Atingidos por Barragens identifica os que sofrem os impactos da construção de hidrelétricas. A palavra movimento sugere que tais pessoas não permanecem indiferentes diante desses projetos, mas desencadeiam ações concretas (BENINCÁ, 2010, p.77).

A ELETROSUL (Centrais Elétricas do Sul do Brasil) teve que enfrentar, na Bacia do Uruguai, logo que veio a público o inventário hidroenergético dessa Bacia, em outubro e novembro de 1979, uma forte reação das populações locais, constituídas, cerca de noventa por cento, por agricultores familiares. Em dezembro desse mesmo ano, por iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi realizada uma primeira reunião para discutir a problemática em questão (SCHERER-WARREN; REIS, 2019, p.3).

No caso do Vale do Uruguai, a Comissão de Barragens sofreu sucessivas reestruturações através de articulações locais e municipais, já no início de sua atuação, em primeiro lugar em função da criação de comissões municipais e locais, passando a ser denominada de Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) (SCHERER-WARREN; REIS, 2019, p. 5).

Em março de 1985 foram criadas quatro comissões regionais, cada uma com a função de coordenar nas respectivas regiões o que passou a ser denominado de Movimento dos Atingidos por Barragens. Em 1986 foi criada uma quinta região (Roncador/Garabi), com a finalidade de estimular a organização dos agricultores familiares que seriam afetados por três

usinas hidrelétricas binacionais (nos limites do Brasil com a Argentina) a serem implantadas igualmente no vale do Uruguai (SCHERER-WARREN; REIS, 2019, p.5).

É preciso destacar que as mudanças que marcaram a passagem da maior presença da mediação da Igreja Progressista para a do sindicalismo, no Movimento das Barragens, não ocorreram em bloco e ao mesmo tempo, nem ao menos no mesmo ritmo em toda a região. Foram, entretanto, os mesmos agentes que frequentaram a Escola Diocesana de Servidores de Erechim (ESC) que, em sua grande maioria, constituíram o público privilegiado das escolas sindicais (SCHERER-WARREN; REIS, 2019, p.7-8).

Por outro lado, foram eles mesmos que organizaram as oposições sindicais, iniciaram o Movimento dos Sem-Terra, criaram as Comissões de Barragens e o Movimento das Mulheres Agricultoras, e neles atuaram, por vezes simultaneamente, tornando-se, ainda, representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), membros e até candidatos do Partido dos Trabalhadores (SCHERER-WARREN; REIS, 2019, p.7-8).

De acordo com Benincá (2010), atualmente, o MAB está presente em 17 estados do Brasil<sup>125</sup> e se articula com organizações de atingidos de outros países. Também se integra de forma orgânica à Via Campesina, composta pelo MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), MMC, CPT, Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). O MAB interage com a Comissão Mundial de Barragens, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e outras agências multilaterais. Promove encontros nacionais e participa de encontros internacionais de atingidos por barragens.

O autor supracitado ainda destaca sobre os objetivos do movimento:

Os principais objetivos do Movimento são: resistir contra a construção de barragens que provocam danos sociais e ambientais; lutar para que nenhuma barragem seja construída sem acordo com a população; defender a permanência do povo na terra; reivindicar garantia de justa indenização ou reassentamento aos atingidos; proporcionar formação aos integrantes do Movimento; ampliar o número de militantes; discutir e propor um novo projeto energético para o país que garanta, entre outros itens, utilização de fontes alternativas de geração, acesso à energia para todos, com tarifas populares para os consumidores familiares (BENINCÁ, 2010, p.78).

A trajetória do Movimento vem sendo marcada basicamente por ações em duas perspectivas. Por um lado, pela resistência em manter a população no meio rural, preservar a natureza, garantir indenizações e reassentamentos de forma justa. Esse procedimento caracterizou sobremaneira uma primeira fase em que os atingidos se restringiam a dizer “não

às barragens”. Por outro lado, resistindo aos “imperativos do progresso”, o Movimento foi percebendo também a necessidade de pensar ações propositivas para um novo projeto energético, mais democrático, justo, respeitador do meio ambiente e capaz de contemplar a participação dos afetados nas decisões acerca da construção de hidrelétricas (BENINCÁ, 2010, p. 93).

## 6.2 “QUANDO UMA MULHER AVANÇA, NENHUM HOMEM RETROCEDE”

Dentro do contexto dos MAB contextualizado no tópico acima duas situações surgem e interessam a este trabalho: 1) As mulheres atingidas pela Foz do Chapecó participaram do Movimento dos Atingidos por Barragens regional? Tiveram voz? Foram ouvidas? 2) Dentro do MAB regional existiam representantes do movimento mulheres?

Para responder a estas indagações serão trazidas as informações das oito mulheres entrevistadas e dos dois representantes do MAB.

Como já mencionado, observou-se na pesquisa a campo com as mulheres entrevistadas que quando foi organizado o grupo de famílias que iriam para o Reassentamento Rural Coletivo (RRC), foi criada uma associação denominada “Mãe Terra”, através da qual os próprios atingidos, com a assessoria do MAB, se dispuseram a gerenciar os recursos disponibilizados pelo empreendedor para a instalação das propriedades. Esse grupo de agricultores, homens e mulheres, se reuniam com periodicidade para deliberar sobre as ações do grupo. Os relatos coletados apontam que foram mais de 12 anos de luta para que o direito ao reassentamento fosse conquistado. O MAB e os atingidos nesse período travaram muitas lutas, para garantia do direito de todos os atingidos, para remanescentes serem indenizados, para quem optou pela carta de crédito receber um valor digno e para quem queria permanecer na agricultura familiar, o Reassentamento Rural Coletivo (RRC). Homens e mulheres participavam das reuniões e das lutas organizadas pelo MAB.

Nesse sentido identificamos nas falas de mulheres reassentadas ideias distintas sobre a participação e o lugar de fala delas dentro do Movimento dos Atingidos por Barragens. Para Rosa, a fala do homem atingido tinha mais “peso” que sua fala, “Nós mulheres podíamos falar nas reuniões, dar nossa opinião, mas sempre prevalecia a ideia do homem.” Para a entrevistada Violeta os representantes do MAB, homens, traziam as pautas e orientações e as decisões e ações eram tomadas de forma conjunta com os demais atingidos/as. “Eles só faziam se as pessoas concordavam, né, porque se as pessoas que participavam da reunião não concordassem eles não podiam tomar decisão. Mas eu acho que todo mundo participava e

dava opinião.” Dália também comenta: “Por que assim, todo mundo podia opinar, mas quem olhava para as opiniões e tomava decisão eram os homens. Por que era a maioria nas lideranças, né.”

Na década de 1970, a historiadora feminista francesa Michelle Perrot inicia sua crítica e reflexão sobre os silêncios da historiografia acerca do papel das mulheres na História. Para pensar as questões acima vamos nos reportar à Mihelle Perrot(1988) quando a autora firma que:

As relações das mulheres com o poder inscrevem-se primeiramente no jogo de palavras. “Poder”, como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular, ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a “influências” difusas e periféricas, em que as mulheres têm sua grande parcela (PERROT, 1988, p.77).

É perceptível nas falas das mulheres a subordinação ao homem e a naturalização. Sugere Perrot(1988), “sendo difícil, portanto, devido às próprias histórias de vida, que ocorram mudanças de forma espontânea. O empoderamento deve ser induzido primeiro pela criação de uma consciência a respeito da discriminação de gênero.”(PERROT, 1988, p.78).

As mulheres agriculturas atingidas pela Foz do Chapecó que compõem essa pesquisa indicaram que ao longo dos anos participando do movimento, conheceram algumas lideranças mulheres, mas concordam que o número de representantes homens era muito superior. Abordam o fato com naturalidade, evidenciando aquilo que Perrot já afirmava na década de 70: “Militante, ela tem dificuldade de se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes”(PERROT, 1988, p.198).

Contudo, observa-se que a opressão também tem muito a ver com a interdição do uso público da palavra. A linguagem é privilégio, e o fato de o acesso à palavra ser negado às mulheres e a outros coletivos discriminados é também um jeito de reduzir suas chances de se desenvolver pessoal e socialmente, de construir sua própria identidade através do diálogo com o outro (RAMOS, 2012, p. 180).

Para Perrot (1988), “há o caso em que a exclusão das mulheres do poder político ocorre pura e simplesmente; há outros em que essa exclusão vem acompanhada por justificativas ou compensações, e outros ainda onde ela se dá em graus variados.” Seria preciso examinar e comparar teorias e práticas. As mulheres e a política: é ainda um vasto campo de reflexão para nossos esforços conjuntos.



Partindo dessa perspectiva, podemos considerar que as mulheres entrevistadas já iniciaram um processo de ruptura com essa opressão, porque elas têm acesso ao uso público da palavra, embora seja dentro do contexto de um movimento social, o MAB. Em suas falas, percebe-se que essas mulheres contribuem para espalhar a mensagem do coletivo que representam, mas ainda não conquistaram totalmente o uso público da palavra para falar de si mesmas e de suas experiências como mulheres.

Constatou-se que as mulheres que mudaram para núcleos urbanos não tiveram um grande envolvimento com o Movimento dos Atingidos por Barragens, como observado:

Quadro 5 – Participação no MAB das mulheres que não foram para o Reassentamento Rural Coletivo (RRC)

Relato 1	Entrevistadora: Você já participou de algum movimento social como o MAB? Margarida: Lá era tudo muito sofrido, a gente não tinha tempo de participar dessas coisas, mas o meu marido às vezes ia, alguém tinha que ficar em casa pra cuidar da piaçada e dos bichos.
Relato 2	Entrevistadora: A senhora participou de algum movimento social quando estava na Linha Lajeado Bonito, do MAB, do movimento Mulheres Camponesas? Orquídea: Eu acho que eu fui com o Ivo [referindo-se ao marido], foi numa reunião dessa ali uma vez, eu sabia que era importante, mas a mulher é mais difícil participar.
Relato 3	Entrevistadora: Você já participou de algum movimento social como o MAB? Açucena: O marido foi um dia que acamparam lá no canteiro, em Águas de Chapecó, ficou dois dias. Depois ele veio para casa e fui eu no lugar dele. Mas depois que acertamos com a Foz não fomos mais.

Fonte: Tabela elaborada pela autora, 2021

Observou-se pelas falas das mulheres que foram morar na área urbana que estas não tiveram o mesmo engajamento e participação no MAB que as mulheres que foram reassentadas. Lembrando Rocha (2012), quando fala que o empregador pressionava o atingido para aderir a carta de crédito, por que além de ter um custo mais barato, também distanciava o atingido do Movimento dos Atingidos por Barragens, pois esses orientavam para que lutassem pelo reassentamento, tendo em vista que era a forma mais justa de indenização. Em muitos casos o valor da carta de crédito não era suficiente para se começar uma vida nova.

Michellet Perrot(2017) diz que as mulheres não são alienadas quanto aos acontecimentos do seu tempo histórico e demonstra como a mulher é rebelde e encontra formas de lutar mesmo em um mundo onde ela sempre foi subjugada:

Elas se rebelam contra a alta do preço dos alimentos, fazem motins, exercem vigilância cerrada nos mercados, intimam os vendedores de trigo a lhes entregarem o cereal; se eles se recusam, elas tomam, taxam-no e vendem-no elas mesmas; são mulheres jovens e velhas, grávidas, lactantes, jovens solteiras que sustentam os pais doentes, diaristas, prostitutas, remendeiras e lavadeiras. Durante os motins de 1817, elas se sobressaem, muitas são presas, condenadas a trabalhos forçados ou à morte. Não são apenas guardiãs do pão, mas também do teto – lutam contra senhorios e, quando não podem pagar o aluguel, organizam mudanças na calada da noite e colocam tudo o que possuem em carrinhos de mão, as crianças no topo dos pertences que carregam. Também se insurgem contra as máquinas que vêm destruir o modo de trabalho tradicional e impor disciplinamento de seus corpos. Realizam motins também nas florestas, pelo direito à madeira. Porém, ao longo do século, passam de organizadoras a auxiliares. Os homens a limitam ou desprezam nos momentos revolucionários conforme as revoltas se militarizam. São toleradas apenas como cantineiras e enfermeiras e não podem falar ou dirigir (PERROT, 1988, p.87).

As mulheres atingidas pela Foz do Chapecó encontraram suas formas de resistência, seja através da luta pela terra, no reassentamento, indo para o canteiro de obras, seja ficando na propriedade, com filhos e animais para que o marido pudesse participar. Em nível nacional outras formas de resistência à construção de barragens estão se fortalecendo, como é o caso das Arpilleiras.

A violência contra a mulher ganhou novas formas de denúncias expressada nas Arpilleras. “As mulheres nunca fugiram da luta, sofreram a dor da perda, mas não sofreram caladas,” essa frase abre o documentário do MAB: Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência (ARPILLERAS, 2015). Essa forma de denúncia é espelhada nas mulheres do Chile que entre as décadas de 1970 e 90 usaram essa técnica para denunciar as violências cometidas pela ditadura de Augusto Pinochet. Arpillera (juta, em espanhol) é uma técnica originária do Chile, na qual se costuram retalhos de tecido sobre juta, “costurando denúncias sobre a ditadura e memórias dos desaparecidos durante o regime, ao fazer as Arpilleras as mulheres chilenas conseguiram fortalecer o movimento de resistência e dar visibilidade nacional e internacional sobre as violências sofridas no país” (FNU, 2018, p.1).

No Brasil as Arpilleiras chegaram em 2013 e se transformaram numa importante maneira de educação popular e “organização feminista dentro das regiões afetadas pela construção de barragens” (MAB, 2018, p.1). Então, essa técnica tornou-se essencial na

denúncia das violências contra as mulheres atingidas pelas barragens. As Arpilleras denunciavam e denunciavam várias violações por meio de cores, linhas e pedaços de tecidos. Essas peças narram um cotidiano de violações de direitos humanos. As mulheres denunciam “a exploração sexual de mulheres, a violência doméstica, o estupro, o direito à água e à informação, ao preço justo da conta de luz e o acesso a políticas” (BATISTA, 2019, p. 1).

Essa pesquisa também buscou identificar se existem lideranças femininas dentro do MAB, se existem como são escolhidas? Se o MAB se preocupa com essa representatividade? Duas lideranças do Movimento nos esclareceram estas indagações, um homem e uma mulher, que abordaremos aqui como entrevistado 1 e entrevistada 2.

Para os representantes do MAB, existe um esforço coletivo para que as mulheres cada vez mais ocupem seu lugar de direito dentro do movimento. Para o entrevistado 1:

O MAB tem muito claro que as mulheres estão em espaços que tradicionalmente no sistema capitalista, patriarcal impedem a participação. Por isso o MAB criou um coletivo nacional, estadual das mulheres atingidas e que se tenha a paridade na representação nos espaços de coordenação. Claro que existem dificuldades no processo ainda, que está em construção.

Para a entrevistada 2:

Sim, temos um coletivo de mulheres, pois, entendemos que as mulheres sofrem com ainda mais intensidade as violações de direitos que ocorrem na construção e no rompimento de barragens, por conta da estrutura patriarcal da nossa sociedade. Também priorizamos que, na medida do possível, com as condições locais, sempre tenha como representantes homem e mulher. Além disso o MAB vem desenvolvendo um trabalho com as Arpilleras, bordados em juta inspirados naqueles feitos por mulheres chilenas para denunciar a violência da ditadura naquele país. As Arpilleras são ferramentas de educação popular, que permitem o debate e a elaboração coletiva, transformada em bordado, dando voz, autonomia e força coletiva para as mulheres, que podem denunciar a exploração e o sofrimento, mas também se apropriar de diferentes debates e anunciar outro mundo possível. Quando uma mulher avança nenhum homem retrocede, e vamos em luta até que todas sejam livres.

Através das falas dos representantes dos Movimentos dos Atingidos por Barragens e pela busca de ferramentas, que dão voz às mulheres como no caso das Arpilleiras, evidenciou-se que existe uma preocupação dentro do movimento para que as mulheres ocupem cada vez mais um espaço que é seu de direito.

De acordo com Santos (2020), as mulheres militantes são forjadas na luta e para a luta. A década dos anos 2000 principiou com a efetiva alteração no pensamento dessas mulheres.

Essa mudança é fruto do trabalho das mulheres dentro do próprio movimento, mas também do cenário externo ao movimento. Não é verdadeiro afirmar que essa mudança ocorreu de forma imediata, foi uma longa e difícil caminhada.

As falas das mulheres agricultoras atingidas pela barragem Foz do Chapecó, evidenciou que o processo de remanejamento impactou de formas diferenciadas essas mulheres, suas famílias e suas vidas, tendo efeitos mais violentos nas configurações familiares e saúde mental e física destas.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização do oeste de Santa Catarina ocorreu tardiamente, considerando-se o restante do território nacional. O processo de colonização estava centrado na delimitação de fronteiras, como o caso de Paraná e Santa Catarina e entre países Brasil e Argentina, como aponta Bavaresco(2018) e Werlang(1992). Diante desse processo, a historiografia regional pouco traz sobre as mulheres e seu papel fundamental dentro do processo de colonização no oeste catarinense.

Tendo em vista a exclusão histórica das mulheres pela historiografia, esse trabalho procurou dar voz a um grupo que sofre múltiplas exclusões, o das mulheres agricultoras atingidas por barragens. A compreensão de que o patriarcado se constituiu como o ponto central da invisibilidade das mulheres foi um princípio balizador deste estudo.

Observou-se que a região Oeste de Santa Catarina é formada prioritariamente pela agricultura familiar. Esta resultou de um processo histórico de colonização que uniu descendentes de imigrantes italianos e alemães vindos do Rio Grande do Sul à população autóctone (indígenas e caboclos).

Para os descendentes de imigrantes italianos e europeus os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, são regidos pela e para a família. Na família as mulheres ocupam-se dos afazeres domésticos, enquanto os homens ocupam-se de atividades que geram renda, extradomésticas. Quando os homens não são capazes de dar conta sozinhos das suas funções, a mulher entra com a “ajuda”, esta característica constitui-se em uma forma de excluir as mulheres dos espaços públicos, atribuindo-lhes um papel secundário.

Brumer (2004), Paulilo (1987) e Woortmann e Woortmann (1997), sobre a organização do trabalho em famílias camponesas, concluíram que há diferenças de gênero e geração, em que o homem (pai), mulher (mãe), os filhos(as), os avôs(as) ocupam-se de atividades diferenciadas, umas mais valorizadas do que outras, ocorrendo, assim, uma hierarquização do trabalho, associada a uma hierarquização de pessoas. Esses elementos também foram notados ao longo da pesquisa, pois a divisão das atividades realizadas no cotidiano das famílias agricultoras atingidas é permeada pelas relações de gênero, entendidas como atribuição social e cultural de papéis a homens e mulheres.

As raízes do campesinato se mantêm no Oeste de Santa Catarina, mantendo-se também características que colocam a mulher agricultora familiar em um papel de subordinação perante suas famílias e conseqüentemente perante a comunidade em que se inserem, levando em conta seu histórico de exclusão.

Dessa forma, a pesquisa de campo nos levou a algumas reflexões sobre os efeitos da construção da Foz do Chapecó na vida das mulheres agricultoras.

Com relação ao trabalho, a mulher levou junto à mudança a subordinação. Realizando na nova propriedade as mesmas tarefas que realizavam anteriormente, fica a seu cargo o cuidado com a casa, o marido, os filhos, idosos, a produção de frutas, legumes e animais para o autoconsumo, e “ajuda” quando o marido não dá conta da “lida” sozinho. Mesmo entre as mulheres que permaneceram em meio urbano, trabalhando fora ou não, os cuidados com a casa, quintal e família são de sua responsabilidade.

O processo de remanejamento impactou de forma positiva o acesso da mulher à terra, uma vez que dentre as entrevistadas a maioria delas afirma que depois de reassentada, ou de adquirir casa em centros urbanos, o imóvel foi registrado em nome do casal. Todavia, tal fato não representou uma maior participação da mulher nas decisões sobre o futuro da propriedade, sendo o homem quem administra, negocia, vende a terra e decide o futuro da família.

A questão financeira mudou para melhor, essa foi uma constatação unânime entre os reassentados. O acesso à terra e às condições de trabalho fez com que as famílias alcançassem condições de vida digna. Entre as mulheres que aderiram à carta de crédito ou pagamento em dinheiro, a vida passou a depender da agroindústria ou comércio local, evidenciando situações financeiras diferenciadas entre as famílias. Comparativamente, elas estão achando melhor, mas elas não contabilizam a perda da comunidade, da família, da saúde física e mental, se tomada a terra pela terra foi melhor, mas o processo foi violento.

O ponto mais crítico no processo de mudança é a família que se esfacela. O processo indenizatório não é claro, as informações não são repassadas claramente, isso se configura como uma estratégia do empreendedor para que as famílias, com medo de não serem indenizadas, aceitem o que lhes é oferecido, como já foi apontado por Baron(2012).

Em grande parte das famílias atingidas, somente o casal/tronco é considerado no processo indenizatório, os filhos que moram na mesma casa ou na mesma propriedade não são indenizados, fazendo com que as famílias se dividam, como já salientado nesse trabalho. Doenças em decorrência dessa divisão familiar surgem, a dor da saudade aperta e até faz homens e mulheres venderem suas terras e voltarem para suas cidades de origem, como foi verificado. A família sofre os efeitos mais severos do processo de deslocamento.

É perceptível nas falas das mulheres entrevistadas a subordinação ao homem como normal, sendo difícil, portanto, devido às próprias histórias de vida, que ocorram mudanças de forma espontânea. O empoderamento deve ser induzido primeiro pela criação de uma

consciência a respeito da discriminação de gênero, o que não ocorreu nos momentos anteriores à construção dos reassentamentos e nem a posteriori. Esse processo de conscientização está se iniciando agora no MAB. O debate sobre gênero e as violações de direitos das mulheres atingidas por barragens está tomando corpo dentro da organização nos últimos anos, e o movimento já vem desenvolvendo ações para fortalecer esse coletivo. Seja para dar voz às mulheres atingidas por barragens, como é o caso das Arpilleiras, ou reforçando a necessidade de representação dentro do MAB.

Enfim, sendo o campesinato negado, são as mulheres agricultoras também duplamente negadas na história, primeiro por serem mulheres e segundo por serem agricultoras familiares, e quando falamos de mulheres agricultoras atingidas por barragens estamos falando de uma terceira exclusão, a de ser atingida. Ela fica marginalizada durante o processo de negociação. Embora o MAB venha sinalizando sua preocupação de dar voz a essas mulheres, é necessário ainda muito esforço coletivo para que elas alcancem um lugar de igualdade e liberdade, que é seu de direito.

## REFERÊNCIAS

ALDANA, Vargas. Miriam.; AMPOLINI, Geverson.; HASS, Monica. Transformações sociais e do ambiente. *In*: CARBONERA, Mirian;ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene, SALINI, Ademir Miguel *et al.* Chapecó 100 anos histórias plurais. 2. ed. Chapecó: Argos, 2018. Cap. 15. p. 489-518.

ARPILLERAS: **Bordando a resistência**. Coletivo de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Tradução de Esther Vidal e Tchenna Maso, 2015.

ARPILLERAS: **atingidas por barragens bordando a resistência**. Direção: Coletivo de mulheres do MAB. [S.l.]: Publicado pelo Canal Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PEu-AATb3TU>. Acesso em:05 mar.2020.

BARON, Sadi.**UHE Foz do Chapecó: Estratégias, Conflito e Desenvolvimento Regional**. 2012. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais)-Unochapecó, Chapecó(SC), 2012.

BARON, Sadi. Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó: O pós-barragem. *In*: MAGRO, Márcia Luíza Pit dal (org.). **Impactos socioambientais da implantação da Hidrelétrica Foz do Chapecó**. Chapecó: Editora da Unochapecó, 2015. p. 89-106.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. **Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária**. *In*: X Congresso Nacional de Educação-Educere. Curitiba, 2011.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. A história econômica do Oeste Catarinense. *In*:

CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir Miguel *et al.* Chapecó 100 anos histórias plurais. 2. ed. Chapecó: Argos, 2018. Cap. 9. p. 281-318.

BENINCÁ, Dirceu. **Energia & Cidadania a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: PUC, Livros grátis, 2010.

BRACK, Paulo; RUPPENTHAL, Eduardo Luis; BRACK, Ismael Verrastro. Projetos de hidrelétricas no rio Uruguai: Perdas e desafios socioambientais: origem autoritária do planejamento de empreendimentos de geração hidrelétrica, que segue a despeito do avanço do marco legal da sociobiodiversidade: Origem autoritária do planejamento de empreendimentos de geração hidrelétrica, que segue a despeito do avanço do marco legal da sociobiodiversidade. *In*: MAGRO, Márcia Luíza Pit dal; RENK, Arlene; FRANCO, Gilza

Maria de Souza (org.). Impactos socioambientais da implantação da Hidrelétrica Foz do Chapecó. Chapecó: Argos, 2015. Cap. 1, p. 17-42.

BRASIL. **Oeste Catarinense PTDRS**. SIT Sistema de Informações Territoriais,2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/>. Acesso em: 30, jun,2020.



BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. “Relações de Gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão”. *In*: Lopes, A. L., Zarzar, B. A (org.). **Mulheres na reforma Agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília-DF: MDA, 2010.

BRUMER, Anita. “O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão-de-obra feminina na força de trabalho”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 8, v. 3, p. 20-38, out. 1988.

\_\_\_\_\_. “Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-88)”. **Ensaio FEE**, n. 11, v. 1, p. 124-142, 1990.

BRUMER, Anita; FREIRE, Nádia Maria Schuch. “O trabalho da mulher na pequena produção agrícola”. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, ano XI/XI, p. 305-322, 1983/1984.

BRUMER Anita. Gênero e Agricultura: a Situação da Mulher na Agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12. n. 1, jan-abr./2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e a subversão da identidade**. Nova York: Routledge, 1990.

CARDOSO, Flamarion, Ciro. VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (org.). **Juventude rural: em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 311 p.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/SCGDNz4fpbmR6H5JQkHGH4J/abstract/?lang=pt/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

CASTELLS, Manoel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. *In*. **O poder da identidade**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, p. 69-238, 2008.

CERVINSKI, Gilberto Carlos. **A materialização do modelo energético brasileiro na bacia do Rio Uruguai**. Erechim-2010. Artigo, 32 p.

(CDDPH) Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, Relatório Final. Brasília, D.F., 22/11/2006, p. 23.

D’ANGELIS, Rui. Wilmar. *Frentes de expansão e povos indígenas em Santa Catarina*. **Fronteiras: Revista catarinense de História**, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/>, Acesso em: 02jul.2020.

DEL PRIORI, Mary. **História das mulheres: as vozes do silêncio**. *in*: FREITAS, M. C. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 217-235.

DIEGUES, Antonio. Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1988.

DORIGON, Clóvis; NESI, Cristiano Nunes; TONEZER, Cristiane; HAAG, Áureo Leandro. **A produção de alimentos para o autoconsumo em famílias de agricultores da região oeste do Estado de Santa Catarina**. 2020. Disponível em: [unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14645](https://unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14645). Acesso em: 05 jul. 2021.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

FNU. **Mulheres do MAB convidam urbanitárias para oficina conjunta de arpilleras**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.fnucut.org.br/agenda/oficina-de-arpilleras-mulheresdo-mab-e-urbanitarias-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 05 mar. 2020.

FOZ DO CHAPECO. **Foz do Chapecó Energia S.A**, 2008. Disponível em: <https://http://www.fozdochapeco.com.br>. Acesso em: 12 maio.2008.

FREIRE, Nadia Maria Schuch. **Mulher, trabalho e capital no campo: um estudo da pequena produção em Cruzeiro do Sul RS**. 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre,1983.

GASPARETO, Kroth. Antoninha. Sirlei; BADALOTTI, Maria. Rosana; POLI, Luiz. Odilon. Movimentos sociais populares do campo na região de Chapecó. *In*: CARBONERA, Mirian; ONGHERO, André Luiz; RENK, Arlene; SALINI, Ademir Miguel *et al.* Chapecó 100 anos histórias plurais. 2. ed. Chapecó: Argos, 2018. Cap. 15. p. 489-518.

GIL, Antonio. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed, São Paulo: Atlas, 2002.176,p.

GODOY, M. P. de. **Peixes do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC\Eletrosul\FURB, 1987. 571 p.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **A força histórica dos povos**. Petrópolis: Vozes, 1981.

HERRERA, Karolyna. **A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais**. Tese. (Doutorado em Sociologia Política) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. 227p.

LOCATELLI, Carlos. **Comunicação e Barragens: o poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação de hidrelétricas**. Florianópolis: Editora INSULAR, 2014.

\_\_\_\_\_. **MAB. Mulheres Atingidas por Barragens**. São Paulo: Issuu, 2013. 80 p. Disponível em: [https://issuu.com/mabnacional/docs/barragens\\_web/](https://issuu.com/mabnacional/docs/barragens_web/). Acesso em: 10 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. **MAB. Mulheres Atingidas por Barragens**. Brasília,2014. Disponível em: Acesso em: 10 jun. 2019

\_\_\_\_\_. **MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. Mulheres Atingidas por Barragens em luta por direitos e pela construção do projeto energético popular**. São Paulo: MAB, 2015.

MAB. **Cartilha da Política Nacional dos Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB)**. Disponível em: Acesso em: 29 maio. 2019.

MAGRO, Márcia Luiza Pit dal *et al* (org.). **Impactos Ambientais da implementação da Hidrelétrica Foz do Chapecó**: usina foz do chapecó: o pós-barragem e os impactos nas comunidades ribeirinhas. Chapecó: Argos, 2015. 408 p.

MANZATO, Antonio José; SANTOS, Adriana Barbosa. **A elaboração de questionários na pesquisa qualitativa**. Chapecó, 2015. Disponível em: Acesso em: 19 dez. 2016.

MEIHY, José Carlos Sebe B.. Manual de história oral. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2008.407p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14, ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria. Cecília. Souza *et al*. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó, SC: Argos, 2005. 338 p.

NOBRE, Miriam (2012), “**Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero**”. In: Butto, A., Dantas, I., Hora, K. (org.) *As Mulheres nas estatísticas agropecuárias: Experiências em países do Sul*. 1 ed. Brasília: MDA.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades renegociadas**: Práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2009. p. 37.

OLIVEIRA, João Costa de. Hidrelétricas e consequências socioambientais: O Papel do Estado e das Políticas Públicas. **Revista Episteme Transversalis**, n.º01, Volta Redonda-RJ, 2019.

PAULILO, Maria Ignez. **O trabalho da mulher no meio rural**. 1976. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.145p.

\_\_\_\_\_. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, v. 5, n.28,p. 285-310, 2004.

\_\_\_\_\_. **Mulheres Rurais**: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: UFSC, 2016. p. 383.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da história**: mulheres, operários e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

ROCHA, Humberto José da; NUNES, Leonardo André Felipe Carneiro. Breve panorama histórico do Movimento dos Atingidos por Barragens(MAB) na Bacia do Rio Uruguai e o conflito da futura Usina Hidrelétrica em Itapiranga (SC). *Revista Grifos*, [s.l.], v. 26, n. 42,

p.251-15, 15 set. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v26i42.3862/>. Acesso em 13 mar. 2021.

ROCHA, Humberto,. **Relações de poder na instalação de hidrelétricas**. Passo Fundo: UPF Editora,2013.

ROCHA, Humberto; PASE, Hemerson; LOCATELLI, Carlos (orgs.). **Políticas públicas e hidrelétricas no sul do Brasil**. Pelotas: Ed. da Universidade de Pelotas, 2014.

SAFFIOTI, H. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. Do local ao global: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e sua articulação em redes. *In*: ROTHMAN, Franklin; RIBEIRO, Ricardo; ZHOURI, Andréa (orgs.). **Vidas Alagadas: Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens**. Viçosa: Editora da UFV, Viçosa, 2007.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. **Trajétória da historiografia das mulheres no Brasil**. São Paulo, 2008. Disponível em: Acesso em: 8 jul. 2019.

SOPHIE, Alami. **Os métodos qualitativos**. Sophie Alami, Dominique Desjeux. Isabelli Garabuau – Moussaoui, Tradução de Luis Alberto S. Peretti. Petrópolis RJ: Vozes,2010.

THOMPSON, P. **A voz do passado** – História Oral. 2. ed São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. São Paulo,2000. Disponível em: Acesso em: 12 nov.2019.

TONEZER, C, et al. **O estado, o mercado e as usinas hidrelétricas na região catarinense**. Revista Grifos, Chapecó. 2016, p.18.

TONEZER, Cristiane. **Idosos rurais de Boa Vista-Rio Grande do Sul: Efeitos da cobertura previdenciária**. 2014. 167 f. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

RAMOS, Gilza. Sousa. **Leitura feminista da história das mulheres no Brasil**. Revista Estudos Feministas, v.21, n.3, p.1232-5, dez. 2012.

RENK, Arlene, Anélia; WINKLER, Silvana. A formação socioeconômica da região Oeste de Santa Catarina-uma narrativa acerca de franjas e retalhos da identidade regional. **Cadernos do CEOM**. Chapecó,2018, p.22.

RENK, Arlene, Anélia; WINKLER, Silvana. Para uma biografia da pequena propriedade rural no oeste catarinense. **História: Debates e Tendências**, v. 17, n. 2, jul./dez. 2017, p. 307-370. Disponível em: Acesso em: 26 ago.2020.

RENK, Arlene, Anélia. A colonização do oeste catarinense. **Cadernos do CEOM**. Chapecó, v. 10, n.1 a 8, p. 221-258, 1995. Disponível em: Acesso em: 24 ago.2020.

RENK, Arlene, Anélia. **A luta da erva**: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos. 1997.

RENK, Arlene Anélia. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000.

ROCHA, Humberto José da. **Carta aos atingidos**: as negociações na bacia do Rio Uruguai. Campinas, 2010. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7%20online/carta-atingidos-HumbertoRocha.pdf>. Acesso em: 20 maio 2019.

ROCHA, Humberto José da. **Relações de poder na hidreletricidade**: a instalação da UHE Foz do Chapecó na bacia do rio Uruguai. 2012. Tese (Doutorado), Unicamp, Campinas, 2012, 351 f.

SANTA CATARINA, Gabinete de planejamento e coordenação geral. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986, p. 173.

SANTA CATARINA, Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Integração do MERCOSUL. Diretoria de Geografia, Cartografia e Estatística. **Mapa Político**. Florianópolis, 1997.

SANTOS, Silvio Ciro. dos; NACKE Anelise. A implantação da UHE Machadinho num cenário privatizado: um caso para reflexão. *In*: REIS, Maria José; BLOEMER, Neusa Maria Sens (orgs.). **Hidrelétricas e Populações Locais**. Florianópolis: Cidade Futura: Ed. da UFSC: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, 2001.

SANTOS, Sílvio Coelho dos; REIS, Maria José (orgs.). **Memória do setor elétrico na Região Sul**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

SEBRAE-SC. **Santa Catarina em números**. Florianópolis, 2010.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Relações de Gênero e a História das Mulheres Camponesas**. Florianópolis, 2009. Disponível em: [https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/Educacao/V14\\_2\\_2009/03\\_Losandro\\_Tedeschi.pdf](https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/Educacao/V14_2_2009/03_Losandro_Tedeschi.pdf). Acesso em: 14 abr. 2021.

TEIXEIRA, Zuleide Araújo (Coord.); CARVALHO, Helena Mussi de; SUÁREZ, Mireya. **Perspectiva de gênero na produção rural Brasília**: IPEA, jun. 1994.

VAINER, C. B. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. *In*: ROTHMAN, F. D (org). **Vidas alagadas**: Conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: UFRV, 2009.

VAINER, C. B. **Recursos Hidráulicos: questões sociais e ambientais**. Estudos Avançados, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 21, out. 2003, p.42-61.

WERLANG, Alceu. **A colonização a margens do rio Uruguai no extremo oeste catarinense**: Atuação da Cia Territorial Sul Brasil 1925 a 1954. 1992. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992. 244p.

SCHERER-WARREN, Ilse; REIS, Maria José. **Do Local ao Global: a trajetória dos atingidos por barragens (MAB) e sua articulação em redes**, 2019. Disponível em <<https://bit.ly/35y70KT>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

WEDIG, Josiane Carine; MENASCHE, Renata. **Comida e classificações: Homens e mulheres em famílias camponesas**. 2008. Disponível em: <http://www.ufrgs.br>. Acesso em: 09 jul. 2021.

WINCKLER, Silvana; RENK, Arlene. Tecendo memórias de mulheres chapecoenses. In: CARBONERA, Mirian [et al.] (Orgs.). *Chapecó 100 anos: histórias plurais*. Chapecó, SC: Argos, 2017.

WOORTMANN, Klass. “Com Parente Não se Neguceia”: O Campesinato Como Ordem Moral. *Anuário Antropológico*/87. Editora Universidade de Brasília: Tempo Brasileiro, 1990, p.11- 73.

WOORTMANN, Ellen. F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 119-130.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste**. Brasília;São Paulo: EDUnB; Hucitec, 1995. 1 v.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS MULHERES  
AGRICULTORAS ATINGIDAS POR BARRAGENS**

Fale sobre a história da sua vida.
De que forma você soube da implementação da barragem Foz do Chapecó?
Relate seu cotidiano antes da chegada da barragem.
Quando você soube que seria atingido, o que passou pela sua cabeça?
Quem conversou com vocês?
Você teve que mudar?
Relate que mudanças a implementação da barragem trouxe para sua vida.
O que você produzia antes da chegada da barragem? O que você produz agora?
E antes da barragem como era? O trabalho mudou?
Como era a relação com a terra antes da barragem? Qual sua relação com a terra hoje?
Quem administrava a propriedade?
E antes das barragens? As relações familiares mudaram depois de “atingidos” pela barragem?
Já participou de algum movimento social? Participa do MAB?
No movimento quem participa? Quem toma as decisões?
Quantos homens participam do movimento?
Quantas mulheres participam do movimento?
As mulheres são atuantes dentro do MAB?

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O MOVIMENTO DOS  
ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB)**

Como é feita a escolha dos representantes do MAB?
Atualmente o representante na nossa região é homem ou mulher?
Ao longo da história do movimento, quantos representantes já foram mulher nessa região?
Em nível nacional?
Vocês observam que dentro do MAB existem ferramentas que dão voz às mulheres?
Vocês observam, dentro do movimento, que as mulheres são impactadas de forma diferente pelas barragens?
Vocês observam, dentro do movimento, mudanças na vida das mulheres?
Vocês observam sentimentos diferentes entre homens e mulheres?
O movimento auxilia nesse sentido?
Vocês percebem que as mulheres tiveram mais dificuldade em sair da terra?
Observam o medo das mulheres, em ver suas famílias se desintegrarem?